Boletim da Associação 25 de Abril
N.º 60 / Julho a Outubro 2000
Distribuição gratuita

O Referencial

Editorial

O decretar da Justiça

Apareceu-me num dicionário a definição de ***Carreira*** como modo de vida em que *pode haver* promoções.

É nesta ambígua circunstância que sempre residiram as manigâncias dos que gerem tais sortes com os mais variados interesses, refugiados na arbitrariedade do chamado *poder discricionário*.

No nosso caso, agora em revisão promovida pela Assembleia da República, as raízes do problema surgiram com o maniqueísmo spinolista de nos dividir à toa em bons e maus. Esta visão distorcida, muito castrense e conservadora, foi retomada depois do 25 de Novembro, nos três Ramos das FA, com acções diligentemente persecutórias para se agradar aos sectores militares e políticos que tinham perdido o pé com o 25 de Abril, se bem que haja outras cumplicidades ainda menos admissíveis.

Sendo assim, que podemos entender pela reconstituição da carreira ao serviço do Estado-Nação que abstractamente defendemos, com ideais e propósitos altruístas, ficando, todavia, à mercê de processos que funcionaram como represália, ou ancorados em desígnios corporativos?

Que carreiras vamos reconstruir? A daqueles que singraram de vento em popa sem arriscar um cabelo no derrube da ditadura e apareceram, ufanos, vestindo pele de cordeiros democráticos?

Se nos imaginássemos cinzentos, convencionais, atentos aos caprichos do Poder político e de certtas idiossincrasias militares, chegaríamos ao topo da carreira ou, pelo contrário, os actuais detentores dos cargos são mesmo os

Foto gentilmente cedida por Construtora Abantiria

capazes, os que merecem mais honras militares e cívicas?

Se em lugar da política ingénua de um *MFA para todos*, tivesse havido uma depuração radical como, por grande ironia, parece ter sido a primeira intenção de Spínola, que reconstituição estaríamos agora a fazer?

E se o 25 de Abril tivesse fracassado, a carreira dos *bons* teria sofrido algum percalço, ou continuaria impávida e serena, ou correria ainda melhor? Nós, *os maus*, teríamos, sequer, carreira?

Sem menosprezar a boa intenção e a empenhada diligência dos que se moveram para pôr cobro às disparidades mais gritantes que caíram sobre a maioria dos chamados *militares de Abril*, não se espere destes uma reacção muito efusiva, até porque falta saber o que vai sair da comissão e do regulamento instituídos de modo tão tímido e tardio.

A memória de outras reconstituições, recuperações e aceleradas promoções, efectuadas sem rebuço ou dificuldade, mostra-nos que as vontades políticas e militares encontram caminhos de conveniência quando assim querem. Pelo contrário, a lembranca póstuma de Salgueiro Maia e de vários outros camaradas traz-nos a amarga decepção de que a justiça, e mesmo algumas manifestações oportunistas, chegam agora tarde, se chegarem.

Em boa verdade, deveríamos ser os últimos a falar disto. Se a *Instituição Militar*, que muito gosta de exibir uma postura ética e isenta, não for capaz de ultrapassar com grandeza o execrável nó cego que gerou; se os *Poderes Institucionais Democráticos* não assumirem com coerência a erradicação ***de todas as presumíveis consequências morais e materiais*** acarretadas pelos ***processos políticos*** levianos, maldosos ou inconsistentes, que nos foram movidos; então, ficaremos nós com a consciência bem temperada e eles com a sua poluída.

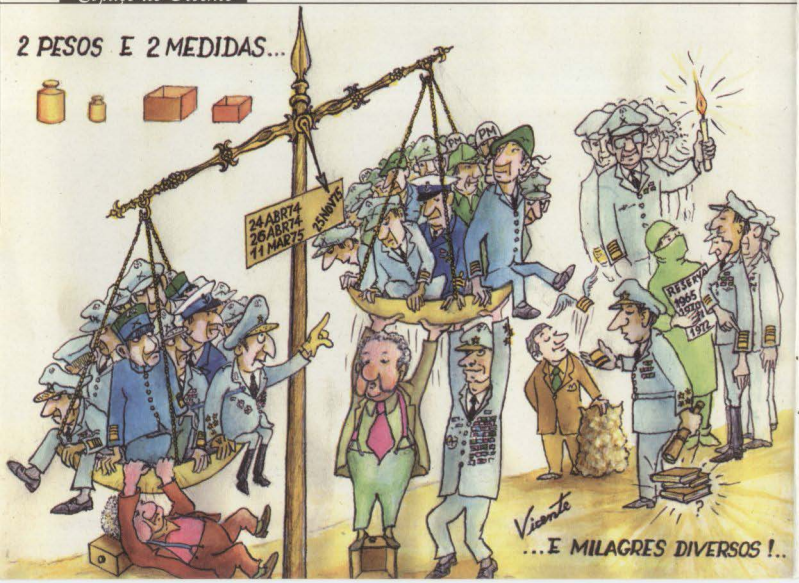
Até lá, veremos com ironia um certo mundo à nossa volta de onde pouco ou nada esperamos que nos comova e compense dos percalços, até da hipocrisia, com que fomos brindados, no meio de muito palavreado.

O mesmo não diremos das infindáveis manifestações pessoais, das homenagens e festividades que inúmeras autarquias, associações e organismos, assumiram com calor, simpatia, com aquela identificação popular que mais nos toca. Essa cumplicidade muito nos honra, mais os honra a eles por assinalarem, acima de tudo, ***A LIBERDADE***.

Talvez, por isso, me apeteça dizer que até poderíamos ser despromovidos a *Capitão*, se recuperássemos a limpidez dos nossos dias de Abril. Quem sabe se voltaríamos a ter os mesmos cantos de sereia em muitos dos que agora lavam as mãos, ou se fazem de esquecidos!

José Fontão

Espaço do Vicente



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 - 125 Linda-a-Velha

DIRECTOR
Pedro Pezarat Correia

DIRECTOR-ADJUNTO
José Cardoso Fontão

EDITOR
Mário Figueiredo

ENDEREÇOS
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Telef. 21 415 3720
Fax 21 419 8130
E.mail: a25a.sec@25abril.org
2795-125 Linda-a-Velha

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/c Esq.
Telef. Fax: 22 203 1197
4050-092 Porto
Apartado 4678 - 4012-001 Porto
E-mail: a25a_norte@hotmail.com

Delegação de Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação de Canadá
153 Hamilton St
Toronto - Ontario - M4M 2C9

Núcleo do Algarve
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 Faro

Núcleo de Castelo Branco
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

IMPRESSÃO
Tip. Escola ADFA Rua Artilharia Um
Telf. 21 385 3593
1070 Lisboa

TIRAGEM: 4500 exemplares

Distribuiçao gratuita

Depósito Legal nº 32998/89

Editorial 1 e 2

25 Abril 74 – Democratização 4 e 5

Memórias de Abril 6 e 7

Os militares, as artes e as letras
Os 25 anos do 25 de Novembro; reflexão 8 a 11

O caso do Dr. Morna ou uma
prepotência de Santos Costa 12 a 17

Descobrimento
ou achamento do Brasil 18

In Memoriam
– *Henrique de Barros* 19

Opinião
– *Os Valores Humanos* 20

Delegação Norte 21 a 27

Da Direcção 28 a 30

Vamos Aprender Bridge 31

A Direcção apela a todos os associados para manterem actualizadas as suas quotizações

Para pagamento das suas quotas
Envie Cheque – ou Vale do Correio –
endereçado para «Associação 25 de Abril»

Faça transferência bancária:
BTA – Conta 11579948/001
CGD – Conta 0937012770430

25 Abril 74 – Democratização

E, em 1982, os militares foram obrigados a regressar a quartéis... Eis uma das afirmações que, por mais desmontadas e desmentidas que sejam, estão condenadas a continuar a ser proferidas, com todo o descaramento e sem vergonha próprios de determinadas pessoas. Constituem as verdades construídas artificialmente que, depois de muito repetidas, se transformam em autênticas realidades. Já o Goebbels o afirmava...

O 25 de Abril, bem como o processo político – militar que se lhe seguiu, foi pródigo na criação de algumas dessas realidades. Basta termos presente que, apesar de muito esclarecido o que então se passou e de formalmente desmentida essa afirmação, ainda hoje se continua a afirmar que em 1975, quando das primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, o MFA fez um apelo ao voto em branco.

Muitas das afirmações desse tipo têm o valor que têm, apenas comprometem os seus autores. Será um facto, no entanto, até pela distância a que estamos desses acontecimentos, a história vai-se rescrevendo e as novas gerações vão recebendo informações distorcidas. É difícil esclarecer, atempada e eficientemente, todas as atoardas que se vão lançando ao ar. Acontece, no entanto, que sou bastante sensível à que inicia este artigo. Isso, porque considero que a principal característica positiva do 25 de Abril, do Movimento dos Capitães / Movimento das Forças Armadas, foi precisamente a sua não apetência pelo poder, o seu desapego a esse mesmo poder, o cumprimento das promessas feitas em Abril de 74, da implantação da liberdade e da democracia, da realização de eleições livres no prazo de um ano, da condução da vida política em consonância com os resultados dessas eleições, da devolução do poder aos eleitos pelo povo e da consequente retirada dos militares do exercício do poder. Ainda que, para isso, tivesse sido necessária alguma luta interna no seio do MFA, contra tentativas de desvios! E foi o MFA, foram os militares, os principais responsáveis pelo cumprimento da sua palavra! Por isso não admitem, não podem admitir que, de vez em quando, ainda haja quem venha afirmar o contrário.

Não se pode fugir à evidência de que o Movimento de Capitães é claramente geracional e, na sua essência, constituído por profissionais do Exército

Vivi intensamente todo o processo, seja o conspirativo seja o pós 25 de Abril. Fui um dos que lutou para que as nossas promessas não caíssem em saco roto. Sou, portanto, daqueles que se sentem extraordinariamente honrados e orgulhosos pelo papel que desempenhámos e pelos resultados daí resultantes para o nosso país e o nosso povo. Por isso mesmo, ainda hoje não perdoei aos responsáveis pelo tratamento então dado aos militares de Abril, na forma como terminou o período de transição. Até parecia que não perdoavam a esses militares patriotas o facto de serem eles os verdadeiros pais da democracia em Portugal!...

Com esta intervenção, não tenho a veleidade de pensar que todos ficarão esclarecidos. Há sempre os que não querem ser esclarecidos! Por mais que lhes apresentemos a verdade dos factos.

Apesar de tudo, decidi relembrar os principais passos que foram dados para que a democracia seja hoje o sistema político a vigorar no nosso país:

25 ABRIL 74
PROGRAMA DO MFA:
promessa de eleições, para uma assembleia constituinte, no prazo de um ano.

16 MAIO 74
1º GOVERNO PROVISÓRIO:
toma posse o 1º governo, em cuja constituição apenas um dos ministros é militar (o da Defesa Nacional).

13 JUNHO 74 / 09 JULHO 74
GOLPE PALMA CARLOS:
em reunião plenária do MFA com a Junta de Salvação Nacional (JSN), na Manutenção Militar, inicia-se o processo que ficara conhecido como Golpe Palma Carlos, devido ao protagonismo que o então Primeiro-Ministro teve no mesmo. Processo que terminaria com o seu pedido de demissão, e consequente queda do 1º Governo Provisório, após ver derrotadas as suas teses de alteração profunda do Programa do MFA: em OUT 74, seriam realizadas eleições para Presidente da República, acompanhadas pela aprovação de uma Constituição, através de referendo; a JSN seria dissolvida e as eleições para a Assembleia Constituinte (AC) seriam adiadas para NOV 76.

28 SETEMBRO 74
GOLPE DE SPÍNOLA:
tentativa de golpe palaciano de António de Spínola, procurando desesperadamente fazer vingar as suas teses. Termina com a sua renúncia ao cargo de Presidente da República.

11 MARÇO 75
GOLPE DE SPÍNOLA:
tentativa de golpe armado, liderado por António de Spínola.
Apesar de fortes pressões, o MFA assume a responsabilidade de cumprir as promessas e realizar as eleições para a AC até 25 de Abril de 1975.

11 ABRIL 75
1º PACTO MFA/PARTIDOS:
é assinado um acordo, da iniciativa simultânea das duas partes e discutido sem pressões, onde os partidos (CDS, FSP, MDP, PCP, PPD e PS) assumem defender soluções que institucionalizariam o MFA na Constituição, que iriam aprovar depois da eleição para a AC.
(De notar que, mais tarde, alguns partidos viriam a afirmar que aceitaram essa situação para viabilizar as eleições para a AC...)

25 ABRIL 75
1ºs ELEIÇÕES LIVRES:
nas eleições mais livres e participadas que jamais se haviam feito e vieram a fazer-se (91% de votantes), foi eleita a AC.
(Cumpria-se, assim, a 1ª das promessas do MFA)

25 NOVEMBRO 75
MOVIMENTAÇÕES MILITARES:
em resultado do desfecho do que pode ser considerada a última ten-

É lamentável que a acção de alguns seja muito desconhecida, mesmo entre nós, e que o reconhecimento público lhes seja negado

tativa de golpe, que procurou inviabilizar o funcionamento da AC e, portanto, o cumprimento total da referida primeira promessa do MFA, foram criadas condições para que a AC funcionasse em pleno e sem condicionantes.

11 DEZEMBRO 75
REVISÃO DO PACTO MFA/PARTIDOS: o Conselho da Revolução (CR) decide tomar a iniciativa de propor aos partidos a revisão do 1º Pacto assinado em 11ABR75.

13 JANEIRO 76
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:
o MFA aceita a proposta, vinda dos partidos, de que a eleição do Presidente da República (PR) se faça por sufrágio universal.

26 FEVEREIRO 76
2º PACTO MFA/PARTIDOS:
depois de negociações totalmente livres, é obtido um consenso entre as várias partes.
Assinado por CDS, MDP, PCP, PPD e PS, estes partidos assumem o compromisso de incluir na Constituição, em pleno processo de aprovação, normas que determinavam a institucionalização do MFA, durante um prazo a definir.

02 ABRIL 76
CONSTITUIÇÃO:
é aprovada pela Assembleia Constituinte a Constituição da República Portuguesa.
Nela é consignada a existência de um orgão de soberania (CR) com poderes próprios, que deverá ser extinto quando da primeira revisão da Constituição. E, assim, decidida a existência de um Período de Transição.
(De notar que a Constituição é aprovada com a abstenção do CDS (7,61%) e o voto favorável de todos os restantes partidos. No entanto, o CDS aprovou, na especialidade, todos os artigos referentes ao Pacto MFA/ Partidos, onde se incluíam os que definiam a existência do CR).

25 ABRIL 76
ELEIÇÕES:
pela segunda vez realizam-se eleições livres, desta vez para a Assembleia da República (AR).

27 JUNHO 76
ELEIÇÕES:
o PR é eleito, por sufrágio directo e universal.

14 JULHO 76
TOMADA DE POSSE:
o PR eleito (gen. António Ramalho Eanes) toma posse, perante a AR.

23 JULHO 76
TOMADA DE POSSE:
é empossado o Primeiro Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, de acordo com os resultados das eleições legislativas.
Apesar de dois militares serem ministros (Defesa Nacional e Administração Interna), eles foram escolhidos pelo primeiro-ministro e não representavam nem o MFA nem as Forças Armadas.

OUTUBRO 1982
FIM DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO:
depois de seis anos e alguns meses, os partidos que compunham a AR aprovaram a Revisão da Constituição.
Com ela, era posto fim à existência do CR, em consonância com o que fora acordado no Pacto MFA/ Partidos.
De notar que, durante a sua existência, coube precisamente ao CR a vigilância do cumprimento da Constituição.
De referir que o sistema funcionou, com mais ou menos percalços, mas sempre de acordo com as normas constitucionais.
Desde logo, em 12 DEZ 76, realizaram-se as primeiras eleições livres para as Autarquias.
Durante o Período de Transição, verificaram-se novas eleições para a AR (a eleita em 76 foi dissolvida pelo PR, nos termos constitucionais), novas eleições para as autarquias, a segunda eleição para o PR e registou-se a existência de sete governos constitucionais (durante o período pré - constitucional, existiram seis governos provisórios).

Cumpriu-se assim, ainda que mais tarde que o previsto e o desejado pelos militares, a entrada na normalização democrática, como é entendida e praticada no chamado mundo ocidental.

Cumpriram-se, assim, as promessas que o MFA fizera aos portugueses, em 25 de Abril de 1974.

Com total empenhamento do MFA, que nunca quis perpetuar a sua permanência no poder, tendo, pelo contrário, sido obrigado a deixar bem claro, de forma pública, que não aceitava o que algumas forças políticas ainda tentaram, isto é, a existência de um segundo período de transição.

Por tudo isso, como já referi, os militares de Abril não aceitam, nem perdoam aos seus autores, as calúnias que os apontam como empurrados para o regresso aos quartéis e a consequente saída do poder.

Pelo que, por mais anos que passem, por mais manifestações de "palmadas nas costas" que se verifiquem, os militares não esquecem a acção negativa dos que contribuíram para que essa calúnia se formasse e propagasse. •

Vasco Lourenço

Memórias de Abril

Areias Santos

A Primavera aguardava a força naval da NATO , que rumava a Lisboa para uma paragem de três semanas, para descanso das guarnições, pequenos fabricos e reabastecimento.

Pela primeira vez, a Marinha fazia de anfitriã numa estadia tão prolongada, e, à boa maneira lusa, os convidados tinham que se sentir em casa.

Em 28 de Março entraram no Tejo seis navios que, conforme planeamento logístico, se distribuíram pela Base Naval de Lisboa, Doca da Marinha e Mar da Palha.

O navio chefe era o «Yukon» de nacionalida-de canadiana, que atracou na Doca da Marinha.

O «aparelho» do Estado Maior da Armada, a funcionar em pleno, nomeou vários oficiais de ligação, cabendo-me a mim, na altura na fragata «Pereira da Silva», o «Yukon».

Por insuficiência de transportes, na sua maioria requisitados para apoio à força, eu, muito marreta, recebi um VW «carocha» alugado, que todas as manhãs me levava a bordo, esperando o condutor simpático e dialogante, pelas solicitações que ocorressem.

Durante o dia eu tentava ajudar na resolução dos problemas administrativos que surgiam com o exterior, sobrando-me tempo para satisfazer curiosidades do âmbito cultural e turístico de Lisboa e do País.

Faço justiça: o trabalho árduo sobrava para os engenheiros maquinistas, que não tinham mãos a medir, na coordenação que faziam entre os navios e o Arsenal do Alfeite e outros estaleiros portugueses, para que pequenos fabricos e reparações fossem concluídos antes da saída dos navios.

Os dias passavam com normalidade e durante as refeições na câmara em ameno cavaqueio, os oficiais lá foram sabendo que eu era «supply and single».

«Double S», diziam eles, sem com isso pretenderem recordar tristes memórias da História, não muito distantes.

Começaram os murmúrios sobre esta dupla condição e lembro-me de alguém mais matreiro, me propôr amigavelmente um fornecimento inopinado, para levantar a moral a bordo.

Depois da manutenção dos equipamentos, a manutenção do bem estar. Sorri e pensei «é fora da corrente do abastecimento, mas está bem...», respondendo ao desafio afirmativamente. Afinal não seriam só os engenheiros a ter o trabalho todo.

No regresso a casa no «carocha» lá fui delineando a estratégia para que a «coisa» resultasse.

Após contactos com dois ou três amigos do meio civil, engodando-os com festa à borla, ambiente à beira-Tejo e «whisky» genuíno, tudo ficou combinado.

Gente séria em quantidade e cujos atributos passariam no controlo de qualidade, dirigiram-se para a Doca da Marinha na companhia do «Supply».

Já bem noite, se bem me lembro, numa Sexta ou Sábado, três ou quatro portugueses tinham conseguido que os oficiais de navio quase se esquecessem da família.

Recordo-me já bem tarde, de alguém mais eufórico ter gritado:

- «O Supply vai connosco até a STANAVFORLANT terminar», e outro ainda:

- «O Vasco vai também!».

Olhei o meu amigo Vasco que a sorrir incrédulo e surpreendido exclamava:

- «O que é que eu vou fazer?»

- «No problem, it's easy».

Nestes momentos mágicos tudo se consegue, até fazer de forma instantânea um oficial da Marinha. Serve-se onde for preciso, e para todos os gostos. É UMA MARAVILHA!

Claro que no dia seguinte, continuei a ser o Oficial de Ligação, tinham-se todos esquecido da noite anterior.

Nem a ressaca consegue toldar a frieza nórdica. Eles interpretaram como ninguém a tão estafada frase. «Cognac é Cognac, Serviço é Serviço».

Aproximava-se o dia da partida e por razões geográficas mudei-me para a margem Norte, para casa de pessoas da família, mais perto da Doca da Marinha.

Na manhãzinha do dia 25 de Abril, despertei ouvindo conversas e murmúrios da minha mãe e das minhas irmãs, que sobressaltadas me informaram estar a ocorrer um golpe de Estado, uma Revolução.

Estava a leste e ainda estremunhado dediquei-me às higienes matinais.

Quando regresso ao quarto, sou interpelado pela minha mãe:

- «Rui, não vais sair agora!», ordenava algo perturbada.

- «Porquê?», retorqui eu.

- «Estamos a ouvir a rádio e a revolta é dos militares.»

- «Então mãe, tudo bem, estou do lado certo», respondo eu a sorrir para a descansar.

Quando me dirigi à sala, quase pronto, a D. Mariana com ar ainda mais preocupado volta à carga:

- «Mas vais fardado, olha que ainda te matam!!!»

- «Tenho que ir, à despedida do navio estrangeiro», acrescentei.

- «Vai à paisana», atira desesperada.

Eu não respondi.

Enquanto punha a gravata e o «dolman» o meu pensamento vagueava: «Visto o fatinho das ocasiões solenes e vou-me despedir.

Subo a prancha e como sou conhecido deixam-me entrar a bordo.»

Perante o ar incrédulo dos oficiais, lá vou dizendo que estou incógnito, há problemas com os militares, não digam nada. Há perigo, vão-se embora, tudo bem OK. Vá saiam. «Bon voyage, bon voyage, have a nice journey.»

- «Havia de ser bonito»....

Acordei de-te racioclínio a dar o nó na gravata e a murmurar baixinho:

- D. Mariana, D. Mariana, em casa és COMANDANTE, lá fora não mandas nada.

E fiz-me à vida

Desci as escadas do prédio e ao chegar à rua, o condutor que já me esperava ouvindo a rádio, foi dizendo.

- St. Tenente, olhe que há problemas na Baixa.

- Eu sei, eu sei, retorqui, a família pôs-me a pat. Vamos para a Doca da Marinha, acrescentei.

Seguimos de Sete Rios para a Praça de Espanha e aí um soldado do Exército de G3, secundado por outros, com mãos trémulas mandava-nos parar.

- «Não podem passar», dizia em voz pouco convincente, olhando para os galões que assomavam pela janela, enquanto eu muito intranquilo, seguia o cano da arma que cada vez tremia mais. (Mais tarde vim a saber que aqueles militares defendiam o Quartel General em S. Sebastião).

Rapidamente virei-me para o condutor e pedi-lhe que retrocedesse pelo percurso que me ocorreu: Avenida de Berna, Areeiro, Hospital da Marinha, Campo das Cebolas e Doca da Marinha.

Chegados ao destino, enquanto olhava para os tanques «estacionados» junto do Terreiro do Paço, cá o Tenente recordava o grande susto recente. Pela primeira vez tinha tido uma arma apontada, manuseada por um rapazote que parecia sem experiência e por certo vulnerável a reacções imprevisíveis.

Já atrasado com todas estas peripécias, dirigi-me à prancha do

«Yukon» onde me aguardavam o Oficial de Serviço e outros oficiais, que com manifesta ansiedade, de rajada me perguntaram o que se passava.

Respondi-lhes com veemente ignorância:

- «I've got no idea».

Ao percorrer o navio para falar com o Oficial Imediato, lembro-me de ver a fragata «Gago Coutinho» a navegar no Mar da Palha.

A bordo havia agitação controlada e perplexidade. Apercebi-me que se preparavam para largar mais cedo, já que os acontecimentos não favoreciam a segurança desejada.

Pediram-me então se eu poderia entregar o correio oficial e particular nas embaixadas, já que o tempo disponível não permitia os procedimentos de rotina.

«OK! No problem. Supply once, supply forever», retorqui.

Os navios preparavam-se para sair do Tejo e eu desci a prancha acompanhado do ritual do costume. Atrás de mim praças com três ou quatro grandes sacos com destino a outras tantas embaixadas.

ERA A MINHA DERRADEIRA MISSÃO: OFICIAL DE LIGAÇÃO FEITO CARTEIRO DE EMERGÊNCIA...!

No cais o paciente condutor ficou ao corrente da última «corrida», sorriu e fez-se também ele ao «mar» por percursos que evitassem abalroamentos e longe de tempestades.

IAMOS À DESCOBERTA DA LISBOA DAS EMBAIXADAS.

Enquanto percorríamos as ruas da cidade, de quando em vez escutava vivas, mas não liguei. Sou pouco dado a protagonismos.

Na minha primeira entrega, ao sair do carro, sempre fardado de 3B, com grande surpresa minha, sinto o povo, que já sabia que algo se passava, aplaudir-me:

- VIVA A MARINHA! VIVA A MARINHA!, gritavam.

Se calhar estavam-lhes na memória as nobres tradições que a MARINHA sempre teve noutras ocasiões, pensava eu.

As entregas foram-se sucedendo e os aplausos da multidão continuavam num «crescendo».

«VIVA A MARINHA, VIVA A MARINHA».

Era a farda, os botões de âncora que eles enalteciam. Eu encarnava um símbolo duma instituição, muito querida e muito respeitada. Os aplausos não eram para mim, nem tão pouco eu os merecia, mas sentia-me orgulhoso.

Chegou a última entrega, findo o «ÊXITO», o regresso a bordo para a vida de rotina.

Nos dias seguintes, enquanto se desenrolavam os acontecimentos que todos conhecemos, na câmara da «Pereira da Silva», reinava a história do «Supply» generoso, da G3 que tremia e do «carteiro» mal uniformizado. Ou se quiserem, de uma maneira mais séria, a admiração das gentes deste país pela BRIOSA.

Dias mais tarde, de serviço, mais calmo, mais sereno, desabafava comigo:

«DEUS TINHA-ME DADO O PREVILÉGIO ÚNICO DE VIVER, TÃO PERTO E TÃO LONGE, OS ACONTECIMENTOS DAQUELA MANHÃ DE ABRIL.» •

(dedico esta história verídica, enterrada há anos, à D. Mariana, família e alguns amigos que me convenceram a escrevê-la.)

Episódios de Abril

Depois de ler a entrevista do Sr. almirante Rosa Coutinho ao DN, não resisto a contar um ou dois factos marcantes na minha vida de tenente no decorrer do processo do 25 de Abril.

Um dos mais salientes, para além das acções que no meu quartel e na cidade de Lisboa desenvolvi nos dias 24, 25 e 26 de Abril, foi a primeira reunião, pós 25 de Abril, havida na Manutenção Militar com a Junta de Salvação Nacional.

Nesta reunião fiquei, por um lado, deslumbrado por ver ali perto, o general que qualquer tenente, com garra, tinha como um mito, ou seja, o general Spínola, mas, por outro, esmagado pela sua prepotência, atitude espectacular (o que aceitava) e, sobretudo, pela pouca consideração que demonstrou ter pelos obreiros do 25 de Abril, ali presentes.

Ao nível da atitude espectacular registei a sua decisão de deslocar um meio aéreo para ir ao Porto buscar o comandante da Região. Já tarde ali chegou, impecavelmente fardado de nº 1. Entrou mudo e saiu mudo. Teve lugar na primeira fila, quer pelo posto quer para que o Sr. General Spínola verificasse que tinha gasto uma massa de dinheiro, inutilmente, mas o seu poder tinha vencido. Confesso que, então, gostei desta decisão. Era assim, o Sr. tinha de estar ali, logo não podia deixar de ali estar, era uma afirmação de autoridade que considerei e, ainda considero positiva, apesar do dinheiro.

Outro episódio foi quando o Sr. almirante Rosa Coutinho queria, tentou falar de ética e, então, o Sr. General dizendo: "Oh Sr. Almirante, isso é um terreno (tema) complicado!" – Pura e simplesmente calou o Almirante. Desgostei desta atitude.

Também dizia o Sr. general Spínola que não estava habituado a discutir/decidir ouvindo tanta gente, assembleia tão enorme. Então, e uma vez mais, o Dinis de Almeida lembrou à Junta e ao Sr. general Spínola que aquela gente era a que realmente no terreno, tinha feito o 25 de Abril. A sua falta de consideração por nós, achei-a intolerável.

Depois destes episódios muitas mãos estavam no ar para intervir, uma das quais a minha de jovem tenente, para dizer ao Sr. general e à Junta o mesmo que o Dinis de Almeida, com a voz troante de artilheiro e jovem capitão corajoso dissera.

Eu, tenente, com a voz de artilheiro e a coragem de jovem ia dizer exactamente o mesmo. Porém uma vez mais, o Sr. general Spínola encerrou a sessão e a todos calou. Desta feita o mito caiu e percebi que o general não era o chefe desejado, nem desejável.

Paralelamente a estes factos não posso deixar de confessar quanto impressionado fiquei e ainda estou quando se disse e diz que o Sr. Sá Carneiro era um homem cheio de coragem. O Sr. Sá Carneiro também foi a esta reunião falar de política, vi-o de perto, todo ele era um mar de convulsões e tremuras. Para mim, jovem tenente, naquele momento, este homem desiludiu-me completamente, e fez-me pena. O que lhe terá dado depois tanta coragem?

É algo que considero inexplicável, a não ser o ter sentido as costas quentes. Considero como o seu acto mais positivo o ter desafiado a moral vitoriana da corte inglesa.

Outra figura que registo desta reunião foi a de um certo "pavão" que percorria para baixo e para cima as coxias laterais do recinto. Pavão que continua a ser, que sobretudo fala de cor sobre a saga dos Capitães de Abril, que não deixaram os quartéis.

Em conclusão, para mim, jovem tenente, o general mítico, nesta reunião, passou a ser chefão prepotente, autocrático, caprichoso e Abril era a generosidade dos Capitães, a coragem dos que levantavam a sua voz contra a prepotência do velho general e de um modo mais distante, aquele almirante Rosa Coutinho – que tentou entrar sem medo no terreno do general Spínola, embora fosse logo calado, mas deu para entender que o almirante não ia soçobrar à prepotência do general.

A entrevista do Sr. Almirante Rosa Coutinho confirma que foi assim, provavelmente o Vasco Lourenço e outros fizeram o mesmo e assim se salvou Portugal de qualquer coisa parecida com o peronismo.

E já agora os que falam tanto contra a ditadura comunista que o 25 de Novembro de 75 interrompeu, porque não falam da ditadura populista que o 28 de Setembro e o 11 de Março interromperam. Será que afinal para esses senhores, as figuras providenciais, ditatoriais, conservadoras são os democratas de que Portugal precisa?

Como seria importante que entre outros o Sr. Dr. Mário Soares falasse de que o fascinava no Sr. General Spínola. (Marechal de Novembro). •

A.S.

OS MILITARES
as artes e as letras

OS 25 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO
reflexão

Amadeu Garcia dos Santos

Alguns de vós, pelo menos alguns dos que melhor me conhecem, ter-se-ão interrogado sobre as razões da minha participação neste evento. Surpresa e interrogação que eu acolho e percebo. Sei que a minha imagem não é a de um político. Que é, sim, a de um homem de acção, a de um cidadão que sempre recusou permanecer no palco mais que o tempo estritamente necessário à execução eficaz do esforço que lhe coube para o sucesso de uma qualquer intervenção.

Na verdade, as palavras quase sempre as guardei para discutir os propósitos da acção – qualquer daquelas em que participei -, para encontrar a sua adequada concepção operacional, para realizar o seu planeamento, para mobilizar os recursos e vontades indispensáveis à sua execução.

É verdade que sou assim, no essencial; mas, sendo-o, não abdico da minha cidadania activa, não aceito ser espectador passivo do nosso acontecer público colectivo, como creio bem ter mostrado, certamente com erros, em diferentes momentos e diversas circunstâncias da minha vida.

É aliás esse sentido imperativo que me levou a pesar algumas razões, minhas, correlacionadas com o 25 de Novembro. São ele (esse sentido) e elas (essas razões) que me levam a estar aqui, hoje, a fazer da palavra acção.

Dessas razões, apenas das essenciais, vos vou dar conta.

1ª - 25 anos nos separam do 25 de Novembro de 1975.

É já uma distância temporal suficiente para, serenamente, tratar aquele acontecimento histórico. Não, obviamente, para celebrar a data ou sublinhar nomes. Seria, aliás, estultícia fazê-lo porque, como diz Eduardo Lourenço, "uma Pátria não deve nada a ninguém em particular; ela deve tudo a todos." É tempo, sim, para uma reflexão crítica, serena, desapaixonada e aberta a todos, do 25 de Novembro, desse acontecimento histórico, crítico para a Instituição Militar, para a Nação e, também, para o Estado.

É tempo, sim, para uma reflexão crítica, serena, desapaixonada e aberta a todos, do 25 de Novembro, desse acontecimento histórico, crítico para a Instituição Militar, para a Nação e, também, para o Estado.

Reflexão crítica que só aconteceá se todos os que nele participaram, de um e doutro lado, a fizerem em conjunto. Só assim a comemoração do 25 de Novembro não será nem nostálgica, nem ritual, nem provocatória. Só assim ela poderá contribuir para uma memória activa, orientada para o futuro. Só desse modo o seu resultado, modesto que seja, poderá interferir pedagogicamente os mais jovens, civis e militares, mostrando-lhes que quando se não conseguem recordar as experiências – e a nossa geração esqueceu as da I República – se está condenado a repeti-las, como aconteceu com a nossa geração no processo revolucionário, com gravosos custos.

2ª - É tempo de repetir, para que se medite e reflicta, também, que eu, como muitos dos que participaram no 25 de Abril, decidiram comprometer-se com o 25 de Novembro para honrar a palavra dada pela Instituição Militar aos portugueses em 25 de Abril.

Como se sabe, o MFA – que se rebelara contra o Estado para se assumir, como lhe competia, como braço armado da Nação – prometera, então, devolver à Nação o seu poder soberano, o que implicava devolver incondicionalmente a liberdade e a inerente responsabilidade políticas à Sociedade Civil. Ao proceder assim, e bem, o MFA não só se recusava a assumir o perverso papel de "salvador" como devolvia à Nação o poder político, o poder de se ocupar da vida, do destino, da liberdade dos portugueses e da sua colectividade nacional. Em suma, reconhecia que o MFA eclodira "(...) para que a nação reassumisse a plenitude das suas responsabilidades históricas e políticas (...)."

Prometera coerentemente o MFA, no seu Programa, que a hegemonia política do poder militar sobre o civil seria temporária e teria por finalidade principal evitar a pressão restauracionista do anterior poder; prometera criar estruturas substitutivas das anteriormente existentes; prometera fomentar a criação das condições básicas à afirmação democrática do Povo. A hegemonia política do poder militar respondia pois, e só, à situação de necessidade e excepção criada pela deposição do Estado Novo.

Respeitar a promessa feita pelo MFA à Nação era indeclinável imperativo de honra e virtude do MFA, da reabilitada Instituição Militar.

Era este o meu entendimento e creio que, também, o da maioria dos camaradas que se comprometeram no 25 de Abril e, depois, no 25 de Novembro. Não se distanciaram deste entendimento, apesar dos erros e desvios que tivessem, respectivamente, cometido ou percorrido.

3ª - Porque pretendo, uma vez mais, dizer que foi política e militarmente igual o que me determinou no 25 de Novembro e no 25 de Abril: tudo fazer e tudo arriscar para restituir verdadeira dignidade nacional às Forças Armadas e, con-

comitantemente, devolver ao Povo o que só a ele, originariamente e sempre, pertenceu e pertence – o poder político soberano, a liberdade de construir democraticamente o seu verdadeiro bem-estar.

Concordo com Eduardo Lourenço quando diz que "(...) se o MFA não encontrasse maneira de devolver concretamente à totalidade dos cidadãos o pleno acesso à existência política, se fosse tentado (.../...) a confiscar em proveito próprio o poder político ou a administrá-lo em família, como privilégio revolucionário, então (.../...) a revolução converter-se-ia em golpe, ou (.../...) em ditadura militar de carácter revolucionário, decidida a fazer a felicidade da Nação contra a vontade expressa da maioria dos portugueses."

Muitos perguntar-se-ão ao ouvir-me, agora, como outros

O 25 de Abril e o 25 de Novembro limitaram-se a devolver ao povo o senhorio soberano do seu destino.

fizeram noutras ocasiões, se se fez o 25 de Abril e se se respondeu ao 25 de Novembro para que os portugueses desfrutassem de uma mera democracia formal, apenas com livre concorrência partidária, com Governos saídos de eleições, com o império da Lei. Respondo como sempre fiz. O 25 de Abril e o 25 de Novembro limitaram-se a devolver ao povo o senhorio soberano do seu destino. Foi para que a Nação assumisse a plenitude da sua responsabilidade histórica e política que o MFA se rebelou contra o poder instituído.

Diferente, também neste caso, é o que se deve e o que se deseja.

Cumpriu-se o dever do MFA para com o povo português. O desejo, o meu e o de muitos, está por cumprir. Também eu gostava que a democracia, respeitando, como respeita, os formalismos democráticos essenciais, fosse mais além. Que se preocupasse, com democrática criatividade e activa memória democrática, em maximizar a igualdade com liberdade. Que tornasse mais extenso, e mais intransigente e genuíno o pluralismo. Que procurasse fazer de cada cidadão um actor responsável, consciente, atento e exigente do actuar político colectivo.

Este ideal legitimo, podem e devem os militares perseguilo no exercício pleno da sua cidadania, em consonância e colaboração com outros cidadãos e associações da Sociedade Civil. Não podem obviamente assumi-lo através da Instituição Militar que, sendo política, sempre deve ser neutra ideológico-partidariamente.

Coerentemente com o propósito de fazer desta comemoração um tempo de serena, fiel e sensível reflexão, a todos aberta, não para se ganhar ou condenar, mas para democrática e, creio que humildemente, aprender e, em certa medida, ensinar os mais jovens, também, limitar-me-ei a apresentar mais alguns tópicos de reflexão. Fá-lo-ei com o propósito de situar o 25 de Novembro no contexto geral da volátil situação política desencadeada com o 25 de Abril.

Como diz Edgar Morin "toda a acção é incerta e necessita de uma estratégia, isto é, de uma arte de agir em condições aleatórias diversas. Mas a acção política é um jogo particularmente incerto em que as acções provocam reacções, em que o efeito pode atraiçoar a intenção, em que os fins se podem transformar em meios e os meios em fins. O mais impressionante e frequente em política é a derivação e a perversão e o desvio da acção."

Creio bem que esta reflexão se ajusta, que nem uma luva, ao chamado processo revolucionário.

Falhas graves terão havido na estratégia desenhada pelo MFA para o período de excepção que, segundo o Programa do Movimento, deveria terminar com as eleições da Assembleia Legislativa e do Presidente da República.

No seio da própria estrutura político-militar, tais falhas impediram a unidade do comando político-militar indispensável, não só ao funcionamento eficaz da Instituição Militar como à própria gestão do espaço e tempo políticos, abertos pela queda do regime.

Deveria o MFA ter-se preocupado em libertar a Sociedade Civil – o Povo – de todos os constrangimentos que tinham alienado a sua verdadeira cidadania. Deveria o MFA guardar a legitimidade e operacionalidade da hegemonia política do poder militar, na defesa contra o poder civil anti-democrático com pretensões restauracionistas e na genuína defesa do seu grande propósito estratégico-político que fizera a unidade do MFA: destruir os suportes do velho regime, libertar a Sociedade Civil garantindo-lhe a segurança e paz pública, para que livre e democraticamente a Nação desse expressão clara à sua vontade política e ao seu projecto maioritário. Devia, enfim, o MFA tudo fazer para guardar o consenso interno que conduzira ao sucesso de Abril. Devia o MFA não ter esquecido que, logrado o objectivo imediato, só uma meta clara, institucional e democraticamente intocável, como seria a de devolver, concretamente, sem ambiguidades, à totalidade dos cidadãos o pleno acesso à existência de decisão democrática, só essa meta poderia barrar o caminho a interpretações e manifestações diversas, contraditórias, opostas e conflituais da revolução, do seu caminho e fins, mesmo no seio do MFA e dos próprios militares.

Meta que implicaria, não só por razões ético-institucionais mas também por motivos de eficácia, unidade e paz social, que o MFA soubesse e dissesse exactamente o que era, o que pretendia, como e quando pretendia fazê-lo.

Verdade é que o MFA não conseguira responder a esta exigência, definir e impor aquela meta democraticamente indiscutível. Assim se quebrou a unidade política do poder militar. Assim se acabou por levar o MFA, o Presidente da República e a Junta a adoptar estratégias dissonantes, de mútua conflitualidade.

Neste cenário, os protagonistas estratégicos conflituantes recorrem à negociação política para arregimentar aliados e ganhar superioridade, com as conhecidas gravosas consequências. Nestas, pela crucialidade da sua importância, importará referir:

1. A destruição da paz pública, que abriu caminho à insegurança e medo de uma parte significativa da Nação.

2. O despertar militante da fé política em diferentes projectos revolucionários, por parte de muitos cidadãos.

3. A inoperacionalização da Instituição Militar. Ao não se repor oportunamente a sua ideologia formal, quer dizer, a sua unidade, hierarquia e disciplina, ao não se atribuir à Instituição Militar um novo, grande e incontroverso propósito nacional – o de serem veladores da paz pública democraticamente vivida – desarmou-se a sua guarda e abriu-se o seu portão de armas a todas as formações partidárias.

À semelhança do que já acontecera na I República, os partidos entraram nos quartéis; todos os partidos, sem excepção.

Diz a propósito Maria Carrilho:

"Certo é que todas as organizações e tendências políticas procuram desde logo desenvolver ligações privilegiadas não

À semelhança do que já acontecera na I República, os partidos entraram nos quartéis; todos os partidos, sem excepção.

OS MILITARES
as artes e as letras

OS 25 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO
reflexão

só entre os homens do MFA mas no seio das Forças Armadas em geral. Se os grupos de extrema-esquerda eram mais fortes entre os oficiais milicianos, e o PCP consolidava posições entre os sargentos, as forças de direita não descuravam os sectores que se tinham mantido à margem do MFA. Quanto aos oficiais mais em vista no MFA e na Junta de Salvação Nacional, eram disputados por todos os quadrantes políticos.

Assim se fraccionaram partidariamente as Forças Armadas, alienando a exemplaridade da sua responsabilidade política perante toda a Nação, alienando sobretudo o capital de confiança nacional conquistado com o 25 de Abril.

Ao partidarizarem-se, objectivamente pelo menos, ao quebrarem a confiança que nelas depositava a Nação quase inteira, perderam a confiança do Povo e, o que é especialmente grave, perderam a possibilidade de despertar, e conscientizar a Sociedade Civil sobre os seus direitos e deveres tornando-a adultamente capaz de não aceitar mais que o poder político voltasse a colonizá-la, ou, majestaticamente, a esquecê-la.

Assim favoreceram a subalternização serôdia, temporalmente inoportuna, do MFA pelos partidos políticos, que demasiado cedo monopolizaram (...) a articulação e representação dos interesses sociais."

As estratégias de conflito e os seus efeitos a nível militar, partidário e social levaram, como não podia deixar de ser, ao confronto. Foi assim no 28 de Setembro. Seria assim no 11 de Março. E seria assim depois. A fidelidade institucional militar quase desapareceu, em alianças e compromissos ideológico-partidários muitas vezes.

A Sociedade Civil, dividida entre o medo (maioritariamente) e a fé em diversas revoluções, frustada, sem perspectivas convincentes de paz social e verdadeiro bem-estar, recolhera-se ao seu tradicional amorfismo, permitindo que todos, em vão, a invocassem.

Sem uma definição e aceitação consensual do bem comum, do interesse nacional, os partidos políticos empenham-se numa guerra sem regras e sem quartel. Ao restauracionismo abrem-se possibilidades que ele não hesita em explorar. O caos instala-se na sociedade. O poder cai na rua.

Muitas são agora as revoluções pretendidas. Todos entendem ter legitimidade para privilegiar a sua. As vanguardas, com os seus aliados militares, voltam a esquecer o povo. Não lhe reconhecem mais o direito de ser ele a definir o seu futuro, de ser ele a desenhar com liberdade e responsabilidade o seu bem-estar, a sua felicidade, se quisermos.

Quase todos procuram impor-lhe revolucionariamente um modelo de felicidade.

É neste quadro, insustentável, que o Grupo dos Nove, com moderada prudência, diz: basta!

E é na sequência desta tomada de posição democrática e patriótica que a sublevação dos "páras" acontece.

O Grupo dos Nove e um largo grupo de militares (oficiais, sargentos e praças) que, no dizer de Maria Carrilho, permitiram que "as Forças Armadas, apesar da perturbação organizacional, conseguiram manter a sua continuidade estratégica e fazer perdurar os profundos valores transmitidos pela socialização institucional", esses militares respondem tentando, como ela diz também. "(...) evitar um enfrentamento nacional."

Na verdade, quer o grupo político, quer o grupo de comando militar, quer a força operacional, tudo fizeram para evitar derramamento de sangue entre irmãos, desavindos, é certo.

E devo dizer, com franqueza e humildade, que para isso terão contribuído, também, alguns dos que no dia 25 alinharam do outro lado, mas que terão recuado, patrioticamente, perante a enormidade previsível dos custos, humanos e outros.

Terminando o confronto, logo se procurou:

- Que o 25 de Novembro fosse o ponto de partida para uma recuperação das promessas feitas originariamente pelo MFA à Nação, num quadro social e político obviamente muito diferente. Restituir à Nação todas as condições possíveis para um processo político verdadeiramente democrático.

- Definir o papel nacional das Forças Armadas, através da Lei 17/75, em que "pela primeira vez se explicita o princípio da sua subordinação ao poder político", como disse Maria Carrilho.

- Re-institucionalizar as Forças Armadas.

- Contribuir para o restabelecimento de um clima de tolerância e de desintimidação individual e política.

- Dar a todos os partidos, sem excepção, a possibilidade de livre e legalmente manifestarem e defenderem os seus interesses e posições.

Creio, pois, que penso e disse que o 25 de Novembro:

1. Honrou a palavra dada pelos militares à Nação no 25 de Abril.
2. Criou condições
3. legais, nomeadamente, para a subordinação política do poder militar ao poder civil.
4. Deixou aos partidos e à Sociedade Civil a liberdade e a responsabilidade de definirem o projecto político condução a realização do seu legítimo desejo de verdadeiro bem-estar e, também, o seu sistema de governo.

Como militar do 25 de Abril e do 25 de Novembro, direi que as Forças Armadas, apesar de tudo, cumpriram.

Se falta ainda cumprir Portugal, é problema que na democracia não cabe à Instituição Militar equacionar e resolver. Cabe, indeclinavelmente, aos cidadãos, a todos os cidadãos, fazê-lo.

E agora, para concluir, permitam-me um reparo. Para que os cidadãos militares desfrutem de completa cidadania, não lhes retirem direitos essenciais; limitem-lhes apenas, no indispensável, aquilo que a sua situação-função especial exige. •

Oeiras, 14 de Outubro de 2000

A Sociedade Civil, dividida entre o medo (maioritariamente) e a fé em diversas revoluções, frustada, sem perspectivas convincentes de paz social e verdadeiro bem-estar, recolhera-se ao seu tradicional amorfismo, permitindo que todos, em , vão, a invocassem

Que o 25 de Novembro fosse o ponto de partida para uma recuperação das promessas feitas originariamente pelo MFA à Nação

25 de Novembro – 25 Anos

Vasco Lourenço

Decidiu um grupo de militares promover por ocasião da passagem dos 25 anos do 25 de Novembro, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras, um conjunto de actividades reflectivas sobre aqueles acontecimentos. Sob a designação "OS MILITARES, as artes e as letras. Os 25 Anos do 25 de Novembro; reflexão", decidiram organizar uma exposição de obras de militares, no campo da pintura e escultura, e da escrita, e um conjunto de encontros, onde para além de tratar os temas das exposições, se pretende discutir o 25 de Novembro, em várias vertentes.

Foi o presidente da Direcção da Associação 25 de Abril convidado para, em nome da A25A, integrar a Comissão de Honra dessas iniciativas.

Apesar de os principais orgãos de soberania e dos Chefes de Estado Maior militares, bem como os responsáveis maiores dos partidos com representação parlamentar, terem sido convidados para essa Comissão de Honra e apesar de o presidente da Assembleia Geral da A25A (a título individual) pertencer à Comissão Organizadora, a Direcção da A25A, analisando e discutindo o assunto a pedido do seu presidente, decidiu, por unanimidade, não aceitar o convite para integrar a Comissão de Honra. Decisão que foi comunicada à Comissão Organizadora, com os votos de que a iniciativa possa contribuir para a consolidação da democracia instituída em Portugal com o 25 de Abril de 1974.

Pessoalmente, para além de concordar com a decisão da Direcção da A25A, outros tipos de questões se me colocam.

Convidado especial para participar nos encontros programados, decidi, apenas e só, aceitar integrar-me, como autor, na exposição «Os Militares e as Letras». Por isso, me limitei a presenciar a abertura da exposição e a sessão inaugural das iniciativas, não aceitando sequer participar no almoço que as antecedeu.

Porquê? Porque, tal como temia e disso alertei a comissão organizadora, quando me contactou, se caiu no que me pareceu inevitável, dadas as características da organização e dos organizadores: ao contrário do que dizem pretender, as iniciativas não irão (em minha opinião) servir para esclarecer devidamente o que se passou, não irão ajudar a uma reflexão serena e proficua sobre os acontecimentos de há 25 anos, irão, sim, contribuir para acentuar divisões entre militares (e não só...), para reabrir feridas e conflitos já ultrapassados, para reafirmar verdades moldadas ao sabor e ao interesse dos que não se preocupam com o rigor da História.

Admito que alguns dos participantes da comissão organizadora pretendessem uma reflexão honesta. Tenho mesmo a certeza de que alguns lutaram por isso. No entanto, o resultado parece-me estar bem explícito no programa do encontro previsto para o próprio dia 25 de Novembro: participam o tenente general Tomé Pinto (presidente da mesa), o Dr. Marques Mendes (moderador), o sargento-mor José Nascimento, o coronel Moura Calheiros, o comandante da TAP Vítor Ribeiro (presidente da Associação de Comandos) e o general Ramalho Eanes. Tudo terminando com a assinatura de um protocolo entre a Associação de Comandos e a Câmara Municipal de Oeiras, bem como com o descerramento de um topónimo do "25 de Novembro" em Miraflores/Algés.

Não renego as atitudes que, como **comandante operacional, formal e efectivo**, das acções desenvolvidas do lado do poder, isto é, do lado dos órgãos de soberania, onde estava o Grupo dos Nove, então assumi. Por ocasião dos 20 anos, procurei reflectir sobre o assunto e dessa reflexão dei público conhecimento, no nosso *O Referencial n.º 41/Outubro a Dezembro 95. Continuo com muitas das dúvidas e das certezas ali assumidas, por isso continuo interessado em reflectir.*

É isso que conto continuar a fazer, admitindo voltar a escrever sobre o assunto, dentro de algum tempo.

Por agora, seja-me permitido realçar o elevado valor da intervenção que o general Amadeu Garcia dos Santos proferiu no acto inaugural das iniciativas aqui referidas.

É uma intervenção que põe alguns pontos nos is, mas que corre o risco de ficar isolada... Confiemos que não. Apesar de alguns pormenores com os quais não estou totalmente de acordo (o MFA soube sempre e disse exactamente o que era, o que pretendia, como e quando fazê-lo. O problema é que o MFA não estava sozinho no terreno, nem sequer quis assumir uma posição radical...) parabéns pela intervenção, caro Amadeu Garcia dos Santos. •

As iniciativas não irão (em minha opinião) servir para esclarecer devidamente o que se passou (...) irão, sim, contribuir para acentuar divisões entre militares

O caso do Dr. Morna ou uma

Rui Freitas Morna

Quem não viveu durante os "reinados" de Salazar e do seu continuador Marcelo Caetano, só com dificuldade conseguirá consciencializar inteiramente a dimensão do arbítrio e da perseguição que então existia no país, e que só o 25 de Abril havia de erradicar.

E não se julgue que só corria riscos quem se envolvia em actividades políticas contrárias à situação então vigente.

O caso que vou apresentar teve como alvo um homem que não tinha o mais leve envolvimento político, nem se lhe podia assacar qualquer actuação que, de perto ou de longe, se pudesse considerar de natureza política.

Como militar que era, colocava-se à margem da problemática política.

Tudo se passou entre fins de 1945 e princípios de 1946, pouco depois do fim da 2ª Guerra Mundial.

Salazar havia deixado a pasta da Guerra em Setembro de 1944 e nomeado o então Ten. Coronel Santos Costa para lhe suceder como ministro da Guerra.

O meu pai era então capitão-médico e exercia as funções de Chefe de Clínica Médica do Hospital Militar de Coimbra.

O seu nome era Jacinto de Freitas Morna Júnior.

De repente, a 15 de Novembro de 1945, recebeu uma ordem do Quartel General para ali prestar declarações num auto de averiguações para um processo de inquérito sobre determinado médico de Aveiro.

Encontrou um ten. coronel - chamado Alcide de Oliveira - investido em oficial da Polícia Judiciária Militar, que estava acompanhado por um agente da polícia política, na altura designada PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado).

O dito oficial entregou-lhe duas folhas de bloco por si manuscritas, dando o prazo de vinte e quatro horas para obter a resposta.

Foi com grande espanto e indignação que o Dr. Morna verificou que aqueles papeis não continham perguntas, às quais desse respostas, mas sim seis afirmações que mais não eram do que acusações de envolvimento dele próprio em isenções fraudulentas de soldados e recebimento de dinheiros em pagamento das aludidas isenções.

As "respostas" que entregou no dia seguinte foram o enérgico repúdio daquelas acusações, das quais se declarava inocente.

Logo a 17 do mesmo mês, ou seja, no dia seguinte à entrega das "respostas", foi-lhe mandado entregar uma guia de marcha com itinerário fixado para seguir na madrugada de 17 para 18 no comboio para Lisboa, a fim de se apresentar com urgência no Ministério da Guerra.

Refira-se que o dia 17 calhou, nesse ano, a um sábado e que, portanto, a viagem teve lugar de sábado para domingo.

Além disso, esse domingo não era um domingo qualquer; era o dia das primeiras eleições que se efectuavam após o termo da 2ª Guerra Mundial, e que tinham por finalidade eleger deputados à "Assembleia Nacional".

Nesse acto a oposição ao regime não pôde participar, por ter sido forçada a afastar-se, apenas concorrendo a "União Nacional".

Por outro lado, o meu pai, que em fins de 1943 aparecera com manifestações dolorosas, aparentemente reumatismais, muito intensas, após um período de abrandamento que durou escassos meses viu, a partir do Verão de 1944, o seu estado de saúde agravar-se com rapidez.

Nessa altura foi-lhe diagnosticado "Lupus", doença progressiva, muito invalidante e dolorosa para a qual se não conhecia (não conhece) cura.

A viagem de Coimbra para Lisboa nas condições em que foi forçado a fazê-la, foi extremamente (e desnecessariamente) penosa.

Chegado a Lisboa apresentou-se, logo nessa manhã, no Ministério da Guerra, onde se encontrava o chefe de Gabinete do Ministro (coronel Faro Viana) o qual o não recebeu, mandando dizer por um contínuo que voltasse no dia seguinte, pois não havia ali ninguém que tratasse do assunto.

No dia seguinte, segunda feira, dia 19 de Novembro de 1945, de novo se dirigiu ao Ministério, sem ser recebido; tal como na véspera não encontrou ninguém a quem se apresentasse!

Foi-lhe então mandado dizer que aguardasse ordens na morada que indicasse.

Era esta a urgência do ministro!

Passados mais quatro dias, a 23 à noite, uma ordenança foi-lhe entregar uma guia para se apresentar no dia imediato no Governo Militar de Lisboa. Assim aconteceu e dali transitou, no mesmo dia, para o Hospital Militar da Estrela, onde ficou internado, em observação.

Três dias depois, no dia 26 de Novembro, aquele oficial

prepotência de Santos Costa

da Polícia Judiciária Militar já referido, enviou de Aveiro para o Quartel General de Coimbra um relatório altamente incriminatório do Dr. Morna, exclusivamente baseado em "confissões" extorquidas pelos agentes da PVDE a pais e parentes de soldados, afirmando terem entregue a um terceiro (sempre o mesmo) certas importâncias em dinheiro das quais, uma parte, era dito destinar-se ao Dr. Jacinto Morna.

Pouco mais tarde, os próprios que tinham assinado as referidas "confissões" vieram afirmar, em documentos notariais, que as declarações que tinham subscrito eram falsas, pois tinham sido redigidas por agentes da PVDE que os obrigaram a assinar sob ameaça, coacção e, nalguns casos, sob prisão (um deles durante 34 dias dos quais 21 incomunicáveis).

Quer os que estiveram presos, quer os que foram apenas ameaçados, declararam que a PVDE lhes dizia que só os deixaria ir embora depois de assinarem as (pseudo) confissões.

Algumas destas retratações apresentam o pormenor curioso de revelarem que os seus autores não conheciam o meu pai, nem nunca o tinham visto.

Os responsáveis por estas tropelias eram, além do já referido ten. coronel Alcide de Oliveira, os agentes da PVDE José Correia de Almeida (agente investigador) e Eurico Páscoa Geraldo (escrivão).

O primeiro dos agentes citados, logo após este "trabalho", foi demitido, mediante despacho ministerial por procedimento irregular e falta de idoneidade moral. Tais elas foram!

Talvez haja interesse em referir que procurei, nos ficheiros da PIDE (Torre do Tombo), o processo deste agente, mas foi-me negado o seu acesso, em virtude de se tratar de um funcionário de uma instituição do Estado !...

Houve ainda outro material de que a PVDE lançou mão (quer dizer, manipulou...) e o ten. coronel gulosamente aproveitou para servir de acusação contra o meu pai.

Trata-se de um relatório "espontâneo" que o tal médico de Aveiro (Dr. Armando Simões) redigiu sob prisão nos calabouços da PVDE em Coimbra.

É um documento precioso porque, citando variadíssimas pessoas, com quem tinha relações profissionais (clientes, colegas, etc.) nunca, ao longo de treze folhas, incrimina o Dr. Morna.

Tem uma autenticação da PVDE e o sinal de ter sido entregue a quem se destinava, depois de terminado pelo seu autor.

Na verdade, o documento encontra-se "trancado" pelo escrivão da PVDE com a seguinte declaração solene:

«são 13 folhas todas numeradas e por mim rubricadas. Coimbra, 18 de Outubro de 1945. Eurico Geraldo"

E todas, de facto, estão numeradas e rubricadas à margem por "Eurico".

Significa isto que no dia 18 de Outubro de 1945 aquele documento deixava as mãos do seu autor e passava a constituir documento da PVDE, por lhe ter sido entregue, como o prova a chancela do escrivão.

Não obstante, o "relatório" ainda contém dois parágrafos que, por sinal, utilizam uma maneira de escrever diferente do resto do texto.

O primeiro deles refere abruptamente que "devia ter reconhecido o Dr. Morna umas 10 ou 12 vezes..."

O último parágrafo é constituído por esta declaração insólita:

«Declaro por minha honra que estas declarações são a inteira verdade, pois foram escritas por mim, livremente e sem qualquer coacção. Coimbra, 23 de Outubro de 1945». a) Armando Rodrigues Simões.

Quer dizer, o "relatório" estava concluído e "trancado" pelo escrivão da PVDE em 18 de Outubro e o seu autor acrescentou ainda aqueles dois parágrafos a 23 do mesmo mês.

Não é demasiado ousado concluir que a polícia política o manteve preso durante mais uma semana, para o "con-

O caso do Dr. Morna ou uma prepotência de Santos Costa

vencer" a incriminar o Dr. Morna de coisas que realmente não tinha feito. E talvez até lhe tenha escrito ou ditado os tais parágrafos extra, dado que têm menor qualidade que o resto do texto.

Claro que o meu pai não teve conhecimento de quem o acusava, nem concretamente de quê e de quanto, a não ser mais tarde, pelos jornais, como se verá mais à frente.

Entretanto, como já foi dito, o Dr. Morna tinha baixado ao Hospital da Estrela por ordem do ministro e encontrava-se em observação.

No dia 30 de Novembro foi presente a uma junta médica que o deu como incapaz de todo o serviço, devendo ser reformado.

O meu pai, que se tinha metido no comboio para Lisboa, naquela fria madrugada de Novembro, sem perceber para que era aquilo tudo teve, à saída da junta, alguma sensação de alívio pois lhe parecia que, finalmente, se fazia alguma luz: a ida para Lisboa era, afinal, para baixar ao hospital e a baixa ao hospital era para ser reformado.

Isto estava lógico com o seu precaríssimo estado de saúde.

Só continuava sem perceber aquela urgência toda.

A 1ª Nota Oficiosa

Aquela sensação de alívio durou pouco tempo porque, tendo saído do hospital com a alta que a própria junta lhe dera, ao lançar os olhos (aliás quase cegos, na altura) pelo jornal, deparou com uma traiçoeira "Nota Oficiosa" do Ministério da Guerra a seu respeito!

Essa "Nota Oficiosa" afirmava que "Jacinto de Freitas Morna" em serviço no Hospital Militar de Coimbra havia recebido importâncias em dinheiro para facultar (*sic*) a isenção de mancebos e de praças do serviço militar.

Repare-se que a identificação da pessoa é feita sem indicação de posto, nem de função, nem tão pouco de grau académico, mas isto ... ainda era o menos.

Acrescentava a "Nota" que, por despacho da véspera, o ministro da Guerra determinava que lhe fosse instaurado processo disciplinar para efeitos de demissão.

Merecem aqui atenção especial, pelo menos, dois aspectos: o primeiro é que um processo disciplinar, em si mesmo, não é para demitir, mas sim para apurar responsabilidades. Punir ou não punir depende da conclusão do processo, designadamente da prova da culpa; o segundo aspecto é que, com toda a evidência o ministro diz que ainda não existia processo disciplinar instaurado e, no entanto, já havia o propósito de demissão.

Um outro aspecto não menos grave é que nada era comunicado ao atingido através das vias hierárquicas militares; tudo se fazia à revelia das boas regras, com a agravante de que, quem assim fazia, e mandava fazer, era precisamente o ministro da Guerra.

Fazendo apelo a todas as (poucas) energias que lhe restavam, o Dr. Morna procurou reagir pelos meios que as leis lhe permitiam.

A sua primeira acção foi notificar o ministro da Guerra de que contra ele ia apresentar queixa ao Conselho de Ministros, ao abrigo do Artº 148.° do Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Deixando passar dois dias (creio eu), de modo a garantir o carácter prévio que a notificação legalmente havia de ter, dirigiu à Presidência do Conselho, no dia 3 de Dezembro, uma queixa formal contra o ministro da Guerra.

Depois de enunciar as acusações que lhe foram feitas e de enumerar as razões porque se queixava do ministro, afirmava a dado passo:

«A circunstância de haver feito publicar nos jornais, em nota oficiosa, matéria que não chegou ao conhecimento do interessado por intermédio dos comandos militares competentes (matéria que o signatário em consciência repudia com o maior vigor), envolve efeito político por meio de ataque à dignidade de um cidadão e militar, antes da organização legal de processo».

A seguir enviou para todos os jornais que tinham publicado a "Nota Oficiosa", uma carta de repúdio das acusações contra si formuladas pelo ministro e de público desagravo das afrontas, enxovalhos e insultos proferidos contra a sua honra e dignidade.

Como era de esperar - dentro da lógica do sistema - a censura cortou inteiramente a carta, impedindo a sua publicação.

Da queixa, não houve consequências, nem sequer deixou vestígios: procurei ter acesso às Actas das reuniões do Conselho de Ministros de então e deparei com o facto inesperado de não haver actas, porque Salazar geralmente não fazia reuniões formais de conjunto com os ministros. Reunia com este ou com aquele, fora das horas de expediente, quando já não havia funcionários em S. Bento, despachando sobre cada assunto... sem deixar vestígios. Actas, muito menos.

Executadas estas duas diligências fundamentais, o Dr. Jacinto Morna regressou a Coimbra pela mesma via (o comboio era, naquele pós-guerra, um dos poucos transportes que funcionava), num estado de espírito muito complexo, para já não falar no sofrimento físico constante.

Considerando que estava em jogo a defesa de valores fundamentais de honra, dignidade e bom nome requereu (a contragosto, diga-se) ao Ministério de Guerra autorizações para publicar nos jornais uma carta relacionada com a matéria publicada na "Nota Oficiosa" de 30 de Novembro, do M.G.

Também desta vez a lógica do sistema funcionou sem quebras: nenhuma resposta recebeu, nem sequer a informação (como manda a lei), de que o requerimento tinha sido indeferido.

A 3 de Janeiro de 1946 recebeu, com espanto, uma nota do Quartel General com uma guia de marcha para se apresentar à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, a qual reunia naquela mesma cidade (Coimbra) daí a duas semanas (17/1/46).

Repare-se na incongruência da situação: 30 de Novembro - a junta hospitalar da Estrela dá-o por incapaz, devendo ser reformado.

29 de Novembro - (divulgado a 30 pela "Nota Oficiosa"): despacho do ministro mandando instaurar processo disciplinar com vista à demissão.

3 de Janeiro - recebe guia para nova junta da Caixa Geral de Aposentações a realizar a 17.

Três factos cuja ligação entre si parece não existir, contrariando-se até.

2ª "Nota Oficiosa" e despacho de demissão

Dez dias passados, isto é, a 13 de Janeiro, todos os jornais diários de grande tiragem do país foram inundados com nova "Nota Oficiosa" do Ministério da Guerra, desta vez com uma extensão e um destaque como nunca se havia feito – e creio que nunca mais se fez – exclusivamente sobre o Dr. Morna.

Mas, para além da extensão, o estendal de enxovalhos, vexames e afrontas era impressionante. Terminava com um despacho em que o ministro o demitia do Exército «com perda de todas as honras, direitos e regalias que as leis militares lhe conferem».

Ou seja, além de o expulsar da instituição militar cortou-lhe todo e qualquer vencimento ou pensão; até o produto dos descontos voluntários que o meu pai fez durante anos para um cofre de previdência, lhe roubou!

Mas, muito pior do que isto (que já não era pouco), continuou a acusá-lo de "interferir directamente na baixa do serviço militar de muitos soldados nas juntas hospitalares e, indirectamente, na isenção de mancebos presentes às juntas de recrutamento, recebendo dos interessados elevadas quantias como reconhecimento dos serviços prestados", acrescentando, "como tudo se acha exuberantemente provado no competente auto de corpo de delito" ... etc.

A prova exuberante a que o autor da "Nota" se refere só podem ser as declarações falsas extorquidas pela PVDE, a que já se fez alusão.

Qualquer pessoa menos prevenida acreditava, sem pestanejar, naquelas acusações de interferência nas juntas, tanto hospitalares como de recrutamento; porém, elas são de uma profunda vacuidade.

Primeiro, o meu pai nunca fazia parte das juntas hospitalares.

Durante toda a sua vida só, em 1935, enquanto desempenhou interinamente as funções de subdirector do Hospital, poderá nalguma delas ter participado por qualquer impedimento do Director.

Quanto às juntas de recrutamento (para as inspecções dos mancebos), a última para que foi nomeado foi em 1941.

Como podia ter interferência?

Mais:

Para um soldado ser isento numa junta hospitalar (que aliás era o único meio) tinha de percorrer um caminho de grande rigor processual, obedecendo a normas e condições estabelecidas em regulamentos rígidos de saúde militar (que o ministro conhecia, de certo, muito bem).

Assim, se um soldado adoecia com doença crónica ou se lhe era detectado pelo médico do regimento qualquer malformação que o impedisse de continuar na tropa, baixava ao hospital da sua Região Militar.

Ali, era tratado ou observado e sobre ele (aliás, sobre qualquer um que baixasse ao hospital) era aberto um boletim clínico (início do processo clínico), onde eram anotados os sintomas, a história clínica do rapaz, os tratamentos, etc., bem como os exames necessários à prova: exames laboratoriais, radiológicos, enfim, o que fosse necessário.

Se o médico verificasse que ele tinha doença ou malformação que constasse da Tabela de Isenções (que indicava as doenças que se consideravam incompatíveis com a vida militar), aquele médico que o tinha visto ou tratado, mais dois médicos designados pelo director do hospital, elaboravam uma proposta à junta que era assinada pelos três.

O caso do Dr. Morna ou uma prepotência de Santos Costa

Por sua vez a junta era constituída por outros três médicos: o director do hospital, o inspector de Saúde Militar da Região e o médico militar mais antigo da guarnição.

Quando o soldado em causa era chamado à sala da junta, os seus três componentes (médicos) apreciavam a proposta e todos os constituintes do seu processo clínico, observavam o soldado e decidiam de acordo com o seu critério, o qual podia ser ou não ser coincidente com a proposta, dado que a junta era soberana nas suas decisões.

A decisão de isentar, porém, se fosse esse o caso, tinha de ser tomada por unanimidade dos seus três membros.

Suponhamos que um dos médicos signatários da proposta era desonesto e punha lá doenças, sintomas e exames inventados, falsificados, irreais.

Como era possível os outros dois signatários concordarem?

Mas admitamos, por absurdo, que os outros dois assinavam de cruz ou, então, que estavam todos "feitos".

É pensável que os três médicos da junta (sobre quem recaía a responsabilidade da decisão) se deixassem enganar?

Alguém acredita que eram profissionalmente incompetentes a este ponto?

Uma vez que a responsabilidade da decisão era sempre e só da junta, então, eram os membros de junta que deviam ser punidos.

Mas não foram!

Então é porque a acusação feita ao Dr. Morna era falsa.

Mais ainda:

Um dos soldados isentos numa junta hospitalar cuja proposta foi elaborada pelo Dr. Morna, e assinada pelos seus dois assistentes na altura, era filho de um daqueles que a PVDE obrigou a assinar as declarações falsas que serviram para acusação.

Pelo menos esse ex-soldado foi posteriormente chamado a Lisboa e submetido a uma nova junta no Hospital da Estrela, a qual confirmou a isenção.

Então é porque a proposta feita pelo Dr. Morna era honesta e verdadeira.

Porque não foram todos reinspeccionados? Não convinha?

As leis feitas por Santos Costa

Muitas outras monstruosidades e atropelos se podem encontrar na "Nota Oficiosa" do ministro, que não é possível descrever aqui dada a extensão que a sua referência atingiria.

Mas penso que alguma coisa deve ser dita quanto à legislação invocada para expulsar o Dr. Morna do Exército.

Antes de mais note-se que toda a legislação que Santos Costa invocou era da sua autoria: Lei 1961, Decr. 28.404 e Decr. 32.329.

Quanto à primeira (Lei 1961), o ministro invocou os Artºs. 78.º e 79.º; tanto um, como o outro, tratam das Juntas de Recrutamento (as chamadas "inspecções para a tropa").

O Artº 78.º diz respeito aos "indivíduos que, directa ou indirectamente, exercerem influência no sentido de conseguirem a isenção de mancebos".

Ou seja, visa os autores de qualquer pressão ou influência que exerçam sobre os membros das juntas, as quais é suposto resistirem a essas influências (tornando-as, assim, estéreis).

Mas o quadro que a acusação traça é outro, bem diferente: o ministro acusa o Dr. Morna de interferir directamente nas juntas e de as suas interferências serem "bem sucedidas" e, tanto assim, que por isso lhe atribui a recepção de dádivas pecuniárias pelos "beneficiados".

É absurdo que o ministro aceite que os membros das juntas isentem mancebos por cedência a pressões exteriores e não os puna a eles que também eram médicos militares e tinham a total responsabilidade das decisões.

No caso da acusação ser verdadeira, os membros das juntas em que aquilo se passou, haviam também de ser punidos; mas não foram.

Então é porque a acusação não era verdadeira.

Por outro lado, as "confissões" extorquidas pela PVDE - base das acusações ao Dr. Morna - não se referem às Juntas de Recrutamento, mas sim às Juntas Hospitalares.

Onde terá, então, o ministro ido buscar esta acusação? Não foi, por certo, às "exuberantes provas" que a PVDE lhe forneceu.

O Artº 79.º da mesma Lei 1961 começa assim:

«Os membros da Juntas de Recrutamento que aceitarem dádivas...»

É evidente que este artigo não pode ter nada a ver com o Dr. Morna que, desde 1941, não era nomeado para membro de qualquer Junta de Recrutamento e as acusações se referem a factos ditos terem ocorrido depois de fins de 1943, princípios de 1944.

Mais uma nuvem de poeira para enganar o público.

Curiosamente o ministro parece sentir a fragilidade do chão que pisa, tanto em termos de acusação como de fundamentação legal da demissão. Talvez por isso dá uma alternativa à Lei 1961 (que tão mal enquadrava a situação, como se viu), que é o Decr. 28.404 (alínea d) do nº 2) ligado ao Decr. 32.329 que interpreta aquela alínea do decreto anterior.

Só que o Decr. 28.404 trata taxativa e exclusivamente de Reformas, e não de Demissões(!) e o Decr. 32.329, quando reduzido à sua expressão mais simples, diz que o ministro da Guerra pode demitir utilizando apenas um processo disciplinar.

Porém, como se trata de um decreto interpretativo do 28.404 só pode ser aplicado no contexto e no âmbito do mesmo, e não fora dele ou isolado dele.

Mesmo o estratagema da justificação da demissão mediante um simples processo disciplinar, que o Decr. 32.329 parece legitimar, nem isso é válido, na medida em que (os dois despachos o confirmam) não houve processo disciplinar validamente instituído e concluído.

Em suma, a demissão do Dr. Morna foi levada a efeito sem fundamentação legal válida devendo, por isso, ser considerada nula.

Fosse como fosse, o que é facto é que, pelos jornais, tinha sabido que estava demitido do Exército.

E todavia tinha nas mãos a tal guia para ir à Junta da Caixa Geral de Aposentações.

No dia 17 de Janeiro lá compareceu à Junta, que o deu por incapaz, em condições de ser reformado!...

Que baralhada!

Recurso para o Tribunal

Muito embora as leis invocadas pelo ministro fossem leis militares, e as acusações que lançou contra o Dr. Morna envolvessem matéria de natureza militar, este não foi julgado pelo Tribunal Militar nem pelo Conselho Superior de Disciplina do Exército.

O julgamento, em qualquer destas instâncias, envolvia obrigatoriamente a defesa do acusado, coisa que o ministro visivelmente quis evitar a tudo o custo.

O meu pai concluiu que a não intervenção do Tribunal Militar nem do Conselho, significava que a demissão tinha consistido num mero acto administrativo de Santos Costa.

Nesta lógica interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo contra o despacho que o demitiu, alegando nulidade do despacho por violação da lei e desvio do poder. (Recurso nº 2591 entrado a 2/2/1946).

O Tribunal reuniu a 26 de Novembro, considerando-se incompetente para julgar o assunto, alegando que se tratou de uma punição disciplinar.

A 31 de Dezembro, o Dr. Morna recorreu desta decisão para o Tribunal Pleno (Recurso nº 444) . Só a 30 de Outubro de 1947 o Tribunal Pleno reuniu, produzindo um acórdão semelhante ao anterior, confirmando-o.

Em ambos os casos se impediu que o ofendido produzisse a sua defesa.

O inquérito pedido à Ordem dos Médicos

Quase em fins de Janeiro de 1946, o meu pai dirigiu ao Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Médicos uma exposição em que sumariava os passos mais significativos da perseguição que lhe era feita, bem como das acusações e afrontas de que fora vítima.

Na parte final dessa exposição pedia ao Conselho Regional da Ordem e ao Conselho Geral que procedesse «por parte da Ordem, a honrado e amplo inquérito sobre os actos que lhe são atribuídos, de modo a que sobre eles se faça inteira luz e consequente justiça».

Poucos dias passados recebeu uma carta do referido Conselho Regional (Coimbra) dizendo que concordava em proceder a um amplo inquérito, aguardando apenas para a sua iniciação, a resposta ao ofício que enviara sobre o caso ao Conselho Geral (Lisboa).

O prometido inquérito não chegou a ser feito!

Mesmo assim são de salientar dois aspectos importantes:

1º - Não cabe na cabeça de ninguém que um indivíduo culpado de delitos graves que lhe são assacados no exercício profissional, venha pedir à sua organização profissional que faça "honrado e amplo inquérito" sobre os actos que lhe são atribuídos. Era expor-se demasiado.

E não se pode esquecer que a Ordem dos Médicos era (e é) uma instituição prestigiada, que se não podia "dar ao luxo" de ser pouco rigorosa, permissiva ou benevolente. Era o seu próprio prestígio que punha em causa.

O pedido de inquérito feito pelo meu pai é, assim, uma prova (ainda que indirecta) da sua inocência. Só um Inocente pede justiça!

2º - É bem sabido que, naquela época, para as funções dos membros das hierarquias das Ordens (dos Médicos, dos Advogados e dos Engenheiros), só podiam fazer parte das listas eleitorais os indivíduos afectos ao regime político então vigente. E para os graus mais altos não bastava que "nada constasse contra"; era necessário que "fosse de confiança".

Se as altas esferas do poder estivessem convencidas da verdade das acusações, ou seja, da culpabilidade do Dr. Morna, por certo não deixariam de ordenar e impulsionar a realização daquele inquérito, que certamente haveria de constituir prova irrefutável da culpa do meu pai e, portanto, valiosa ajuda para o ministro.

O impedimento da sua realização só vem provar que essas altas esferas do poder sabiam que as acusações eram falsas e que o Dr. Morna estava inocente.

O meu pai viveu até 1966.

Até ao fim declarou-se inocente das acusações que lhe foram feitas e nunca compreendeu a razão porque foi punido.

Nota final

O que aqui deixo constitui, por agora, o contorno essencial da parte factual deste drama.

Ao longo dos últimos anos recolhi muitos elementos e dados de pormenor, nalguns casos com interesse interpretativo fundamental, que não figuram neste texto.

Trata-se de um emaranhado de factos e de aparências, de cuja realidade verdadeira só nos podemos aperceber depois de ligarmos um vasto conjunto de indícios e de pormenores. A realidade profunda, então, aparece de repente.

A investigação deste caso ainda não terminou.

Espero chegar ao fim da meada para poder dar a público toda a visão do que se passou. E da razão porque se passou: o móbil do crime. •

Descobrimento ou achamento do Brasil em Abril de 1500

(Continuação do número anterior)

José G. Barbosa Pereira

3. Inicialmente, a Coroa portuguesa, considerou a nova terra descoberta como zona de passagem e de protecção das rotas para a Índia, sem prejuízo de alguma exploração do pau-brasil. Mas os ataques, primeiro dos franceses e, depois de outros Estados europeus, obriga a olhar para a sua defesa. Todavia, como a Coroa portuguesa com os limitados meios de que dispunha não podia acorrer a todas as terras descobertas ou achadas nos vários continentes, o rei transfere para os colonos a missão de organizar e defender aquele território e, assim, foram criadas capitanias hereditárias em 1516, com os limites definidos por paralelos.

Porém, anos mais tarde, face às dificuldades de administração, por parcelas, de tão vasto território e ao avanço da ocupação (e exploração) francesa que era factor de hostilidade de alguns povos índios, resolveu D. João III criar um governo-geral para cujo cargo nomeou Tomé de Sousa em 1549. É nesta época que os portugueses introduzem no Brasil a cana do açúcar que, em poucas décadas, torna-se a principal riqueza do Brasil.

Carlos Malheiro Dias foca esta questão, ao escrever que não foram a cobiça e a venalidade que atraíram os portugueses para o Brasil, e observa que «no período inicial os colonizadores empenharam-se em enriquecer, paradoxalmente, a terra opulenta. Assim, cita Pero de Magalhães de Gandavo na sua obra *História da Província de Santa Cruz*, quando ele diz que o Brasil do século XVI recebeu, trazido nos porões das naus, a cana do açúcar, o gado vacum, cavalar, lanígero e outro, os cereais e a vinha, e os instrumentos agrícolas e mecânicos [7]».

Em 1552 foi criado o bispado do Brasil, mas desde 1549 a catequese indígena fora iniciada pelos jesuítas, entre os quais avulta a figura do padre Manuel da Nóbrega. Outras ordens religiosas juntaram-se-lhes como fizeram os Franciscanos, as Carmelitas e os Beneditinos, entre outros.

Ao longo do litoral, ocupavam os índios Tupis um extenso território, com os mesmos usos e costumes, falando a mesma língua, mas tão divididos em parcialidades que a guerra era estado quase constante de sua vida. A sua subsistência, obtinham-na da caça e da pesca, praticando uma agricultura rudimentar. Mais para o interior situava-se um gentio de «outra língua», designado genericamente de tapuias («os inimigos»), mas que constituíam grupos distintos: os Gés, os Cariris, os Aruaquis e os Caraíbas. Estes tinham uma cultura material inferior aos Tupis, pois desconheciam a lavoura e a cerâmica e não fiavam algodão.

A carta de Pero Vaz de Caminha com as primeiras impressões da terra e dos povos, quanto a estes revelou-se demasiado idealista, ao não revelar a faceta belicosa e o costume da antropofagia exercida (quase sempre?) em rituais cujas vítimas eram os derrotados. O governador Mem de Sá, na década de 1550, legislou sobre a matéria proibindo tais práticas que, contudo, demoraram a terminar.

O processo de acasalamento dos portugueses com as mulheres nativas foi prosseguindo ao longo do século XVI, dando assim início à nova etnia brasilusa ou lusíndia, a que pertenceram os primeiros homens brasileiros que nessa terra houve, como escreve José Verdasca, que sublinha o que custou a construção do Brasil a muitas gerações, que não regatearam grande coragem e enormes sacrifícios e perdas. Em vários passos relembra grandes figuras da primeira metade do século XVI que entraram na lenda, como o bacharel da Cananeia que vivia no meio dos índios desde 1501, como Diogo Álvares - o Caramurú- náufrago salvo por uma índia, chamada Paraguaçu, de quem se enamorara e com quem vivera longos anos na região da Bahia, contando uma extensa prole. Também João Ramalho, provavelmente salvo pelos índios guaianeses, casara com Bartira, filha do chefe tibiriçá; dela teve muitos filhos que lhe deram inúmeros netos. Viveu até aos oitenta anos de idade tendo grande prestígio na região de Piratininga, tendo falecido na vila de S. Paulo [8].

Na sua comunicação ao Congresso Internacional sobre o Padre António Vieira, realizado no ano de 1997, Moacyr Flores, da PUC do Rio Grande do Sul, diz que várias leis garantiam a liberdade do índio, principalmente a de 30 de Julho de 1609 que aboliu totalmente o cativeiro indígena. Dois anos depois, porém, esta lei foi revogada porque a previa excepções em caso de guerra ou rebelião e permitia comprar escravos de índios para salvá-los do, ritual antropofágico. Os índios convertidos, por sua vez, seriam considerados livres [9].

4. A Bahia assumindo a tradição, teve muita honra em protagonizar os festejos comemorativos dos 500 anos do descobrimento, tanto em Porto Seguro como na cidade de Salvador, sobranceira à magestosa Baía-de-Todos-os-Santos, que foi a primeira capital do estado do Brasil durante os séculos, durante os quais foi possível expandir as fronteiras, recuperar territórios e garantir a unidade.

A comemoração dos 500 anos do seu descobrimento é um acontecimento de grande importância numa altura em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está a afirmar-se e é motivo para uma nova reflexão sobre o extraordinário feito dos nossos antepassados ao longo dos vários séculos da construção do Brasil, na feliz expressão de Jorge Couto.

Quando em 1822 os brasileiros se tornaram independentes, "herdaram", podemos assim dizer, num ápice, um território rico, com a área dupla da da Europa, com uma população predominantemente mestiça, onde viviam três grupos étnicos em processo de miscigenação único no mundo e que, na passagem para o 3º milénio, importa preservar e melhorar. ♦

7 Carlos Malheiro Dias, *História da colonização portuguesa do Brasil*, 3.º vol., Porto, Litografia Nacional, 1924, p.X.

8 José Verdasca, *Raízes da Nação Brasileira*, S. Paulo, Ibrasa, 1997, p. 144.

9 Moacyr Flores, «Padre António Vieira e a escravidão», *Terceiro centenário da morte do Padre António Vieira. Actas do Congresso Internacional*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, p. 1289.

Henrique de Barros

António Ramalho Eanes

Tive a graça de conhecer o Prof. Henrique de Barros e de, na sua amizade, muito aprender com a sua personalidade e acção, excepcionais.

Henrique de Barros era, na verdade, uma personalidade de eleição, um cidadão exemplar.

Dessa exemplaridade falam bem a sua vida familiar, o seu esforçado labor profissional, o seu empenhamento cívico e o seu virtuoso percurso político,

Da sua vida familiar já falaram parentes seus. Do seu labor profissional falaram ex-alunos e colegas e falam, ainda, as suas obras, muitas delas publicadas.

Limitar-me-ei a rememorar aspectos que, na nossa mútua relação e na múltipla e rica inter-acção do Prof. Henrique de Barros, a que assisti, mais apelaram à minha estima, consideração e ao meu apreço. Ficar-me-ei, porém, apenas por aspectos, traços, mesmo, da sua personalidade de humanista, da sua acção cívica, da sua actividade política.

Era Henrique de Barros um republicano com preocupações e afinidades muito próximas das dos grandes vultos que marcaram a história da política europeia e, também, a tradição portuguesa.

Nesta última tradição são claras as afinidades do seu pensamento cívico-político com António Sérgio. Tal como este, também Henrique de Barros entendia que o combate contra os males sociais, na sociedade, tem como condição prévia a disciplina crítica, antes do combate propriamente dito. E a coerência ética desse combate implicava que se entendesse e assumisse que "(...) a justiça na sociedade é o reflexo da justiça interior de cada um dos seus membros".

Também na tradição política europeia é notória a identificação entre alguns dos traços do pensamento político de Henrique de Barros e do pensamento aristotélico. Tal como o filósofo, também Henrique de Barros entendia que o homem só é verdadeiramente ele mesmo no seio da cidade, e que só aí pode encontrar o verdadeiro bem-estar. Como ambos – Sérgio e Aristóteles – também Henrique de Barros entendia que esse verdadeiro bem-estar só seria alcançável se a Sociedade Civil e o Estado tudo fizessem para conseguir que a virtude cívica anulasse em cada homem o seu demónio de Midas, a sua ânsia de "(...) acumular sem fim e sem medida".

Para o conseguir exigia Henrique de Barros, com intransigência, de si e dos outros líderes, atento, justo e moderado comando político, e empenho numa cuidada pedagogia da cidadania que cultivasse, na Sociedade Civil, a lucidez e a crítica, que estimulasse o combate, mas que também reabilitasse a humildade e a prudência humanísticas. Entendia ele que aquele comportamento político e aquela acção pedagógica conduziriam a uma inevitável integração cooperativa dos cidadãos/consumidores, situação que geraria não só mais solidariedade, mas que reduziria, também, a inevitável tentação/ameaça de inferência corruptora do económico sobre o político.

Este pensamento, o seu humanismo e a sua reconhecida virtude levaram Henrique de Barros a dizer peremptoriamente *não* ao autismo a que conduz a idolatria pela democracia formal, autismo que, também, responde historicamente por muitos dos mais perversos oportunismos políticos.

Pensamento político, humanismo e virtude cívica que o levaram, também, a recusar e a combater os "salvadores", independentemente do palco em que exibissem o seu ilusionismo político, tendente, objectivamente, a subaltemizar sempre a cidadania da participação. É, aliás, também esta preocupação de, afinal, tudo fazer para que os cidadãos fossem, cada vez mais, actores conscientes do seu destino político que o leva, repetidamente, à exigência de querer que a democracia fosse mais que a concorrência entre partidos políticos, mais do que um Governo saído de eleições, mais do que o império da lei. Entendia, ele, que a democracia devia ser tudo isso, mas não só isso. Deveria ir mais além. Devia ser aberta ao diálogo sistemático e organizado com a Sociedade Civil, devia ser intransigente e genuinamente pluralista e cosmopolita.

Preocupação esta que o levava a defender um vasto processo de socialização política que conduzisse à generalização e à sistematização de uma cidadania de participação, à crescente implicação pessoal dos indivíduos nos assuntos colectivos.

Procurava Henrique de Barros, com seriedade e empenho, contribuir para a existência e acção de uma verdadeira Sociedade Civil em Portugal.

Sociedade Civil que para ele era uma meta e não, como era para muitos políticos, um mero *slogan*.

Propósito político que sempre respeitou, não cuidando nunca de o sujeitar à contabilização de custos ou vantagens pessoais. Assim fez a ditadura. Assim teve que fazer, infelizmente – doutra maneira, é certo – na actual República.

Era Henrique de Barros um homem notável na vida familiar, na vida pública, no humanismo e, mesmo, na escrita. Era, sobretudo, um espírito puro, com fome e sede de justiça, misericordioso, sempre disposto a ousar e a arriscar-se, a sacrificar-se mesmo pelo "verdadeiro bem-estar da sua cidade".

Estou certo que, por tudo isto, será grande, nos céus, a sua recompensa.

Creio bem que este homem exemplar – com merecido lugar na nossa História – deveria ser apontado, simbolicamente, como exemplo, hoje, já, e no devir colectivo nacional. •

Henrique de Barros entendia que o combate contra os males sociais, na sociedade, tem como condição prévia a disciplina crítica

Os Valores Humanos

No mundo atribulado em que hoje se vive, é necessário e fundamental, existir o sentimento da tolerância e do amor ao próximo. Valores esses fundamentais também, para que uma sociedade se possa desenvolver harmoniosamente e ao mesmo tempo criar raízes profundas, em que os valores universais tais como a Solidariedade, a Fraternidade, a Justiça e a Paz, devam ser a sua trave mestra de sustentação e base para uma forma de estar livre e verdadeiramente humana.

Nesta ordem de ideias, penso ser fundamental também para que esses valores frutifiquem, que a cultura, assim como a educação e a formação entre outras, sejam um direito a que todos sem excepção tenham acesso para se usufruir dos bens essenciais, vitais para um viver digno e humano.

Assim numa nova e moderna sociedade que se deseja, não podem haver marginalizados. Sendo também o dever de qualquer cidadão melhorar a sociedade, contribuindo para que ela progrida e possa alcançar o bem estar geral, onde a Paz seja uma realidade permanente.

Para que essa ideia frutifique e possa vir a acontecer, é necessário uma mudança radical de mentalidades, em que tenhamos uma postura no dia a dia, que seja activa, construtiva e crítica, voltada permanentemente para os valores humanos. Sem os quais as sociedades se fecharão sobre si com ideias xenófobas racistas e outras, provocando dessa forma graves conflitos entre populações, que é o que já está a acontecer em vários partes do mundo, onde já existem vastas regiões desestabilizadas.

Estes graves problemas, têm originado a que centenas de milhares de pessoas, tenham sido obrigadas pela natureza desses mesmos conflitos, a deixarem os seus bens e haveres, com todo o cortejo de atrocidades de que temos conhecimento, cometidos contra essas populações indefesas.

Este estado de coisas é de tal ordem gravoso, que tem provocado grandes perdas humanas e graves atentados aos direitos humanos, em que mesmo as crianças são atingidas, nesta torrente devastadora de violência que é necessário a todo o custo pôr termo rapidamente.

A solução para estes gravíssimos problemas que estas populações enfrentam, não é nada fácil dada a envergadura e complexidade dos mesmos. Mas penso que para eles serem superados e resolvidos, é extremamente importante, que se crie entre nós, independentemente das culturas em presença, o sentimento fraterno e tolerante dos ideais humanistas, também eles existentes em todos os povos do nosso planeta. É com eles que se encontrarão as soluções ambicionadas, e a humanidade evoluirá futuramente e se desenvolverá encontrado finalmente a Paz.

É neste contexto dos ideiais humanistas e dos valores humanos que lembro a figura ímpar da Cultura Portuguesa e de Humanista, o saudoso Prof. Agostinho da Silva.

A este homem muito o nosso país lhe deve. Falta erigir-lhe um memorial, de forma a recordá-lo para sempre, testemunhando o nosso apreço pela obra que nos legou.

A sua disponibilidade permanente de servir o seu semelhante, é um entre muitos outros atributos que mais o distinguiam. Tendo sempre duma forma inigualável criticado as sociedades, apontando os seus erros e defeitos, ao mesmo tempo realçando as suas virtudes e dando exemplos, pelos quais a Humanidade se deveria libertar. Tendo também do futuro uma visão de felicidade, que dizia a Humanidade há-de um dia conquistar. •

Artur Custódio da Silva
Sócio nº 1763

festajovem

Forum Técnico

'Ginástica, Alegria, Saúde e Movimento'

Complexo Municipal de Desportos – 'Cidade de Almada'

18 . Novembro . 2000

Programa

09H30 Abertura do Secretariado
10H00 Início dos Trabalhos
Dr. Pedro Almeida
11H15 Intervalo para café
11H30 Reinício dos Trabalhos
Dr. Luís Damásio
12H45 Final do Período da Manhã

15H00 Início dos Trabalhos
Dr. Paulo Barata,
Dra. Esbela da Fonseca
Dr. Satoaki Miyake
Dra. Paula Cavalcanti
Dra. Irina Tchernichova
16H30 Intervalo para café
16H45 Reinício dos Trabalhos
18H30 Encerramento do Forum Técnico

Organização

- Câmara Municipal de Almada
- Associação 25 de Abril
- Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos
- Federação Portuguesa de Ginástica
- Associação de Ginástica de Lisboa
- Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal

Inscrição

Enviar cópia da Ficha de Inscrição e respectivo pagamento até 10 de Novembro, para:
Associação de Ginástica de Lisboa
R. António Pedro, n.º 105-1.º
1150-045 LISBOA
Tels. 21.315.85.54/21.354.14.32
Fax. 21.352.71.83

Valor da Inscrição

2.500$00 (todos os participantes)
Cheque à ordem da A.G.L.

Limite de Participação

100 Inscrições
Apenas serão aceites as fichas correctamente preenchidas.
As inscrições serão confirmadas por contacto com a A.G.L. entre 14 e 16 de Novembro.

Não esquecer:

É necessário levar Equipamento próprio para as Sessões Práticas; qualquer Acidente é da responsabilidade individual de cada participante.

Um olhar feminino sobre os *Capitães de Abril*

Maria Rodrigues

Sobre um mesmo facto histórico há sempre uma multiplicidade de olhares. Como também há sempre uma grande diversidade de interpretações de um determinado processo histórico. E, obviamente, é grande a diversidade das fontes de que dispomos para conhecer factos e processos históricos da época contem-porânea, sobretudo dos tempos passados próximos, os que constituem a chamada "história imediata".

Para os historiadores, estas são questões problemáticas que acompa-nham toda a investigação histórica. Questões que obrigam a uma constante reflexão em torno da selecção de fontes e que impõem o maior rigor na análise e na crítica dos documentos históricos. E, no entanto, para concluirmos que todo o conhecimento histórico é relativo e que a compreensão dos eventos é sempre parcial...

Para uma realizadora de cinema como Maria de Medeiros, a expressão da memória colectiva terá, seguramente, outras dimensões – não se confina à reprodução rigorosa dos eventos que marcaram os processos históricos nem se manifesta através de uma leitura linear dos factos.

O leitor já percebeu que não encaro o filme de um ponto de vista da historiografia: coloco-me como elemento do público consumidor de cinema. Não argumentarei sobre a liberdade de criação dos produtores de bens culturais. Todavia atrever-me-ei a afirmar a presença de uma dimensão celeste no filme "Capitães de Abril", que a própria autora define como um conto universal.

Associando a revolução à crença colectiva na renovação benéfica da sociedade, além de nos comunicar a simpatia pela ideia de regeneração, Maria de Medeiros manifesta uma apreensão globalizante da realidade passada: consegue trasladar para a tela o plasma em que se banhavam os protagonistas dessa realidade.

Da revolução que provocou alterações irreversíveis na sociedade portuguesa, Maria de Medeiros quis preservar o essencial. Por isso o seu filme consegue sugerir as rupturas nos estilos de vida e transmitir-nos o vigor das inéditas solidariedades bem como o calor das novas formas de sociabilidade. Mesmo as figuras caricaturais têm um valor simbólico, sendo traços da resistência à mudança. E até os episódios alegóricos que podem ser considerados burlescos, como a manifestação das mulheres, valem como representação da inovação nas atitudes e nos comporta-mentos, revelando a vontade de construir modos de vida mais igualitários.

"Capitães de Abril" não é (nem pretende ser) um filme documental. É uma longa-metragem ficcional cujo argumento se enquadra num tempo de revolução social e se inspira numa figura histórica de referência. De facto, é na figura de Maia, o personagem principal, que se centra o papel redentor dos capitães de Abril. Dotados de um ânimo inquebrantável, são apresentados como anunciadores de uma felicidade generalizada e heróis de uma gesta pela liberdade e pela justiça social. •

Para uma realizadora de cinema como Maria de Medeiros, a expressão da memória colectiva não se confina à reprodução rigorosa dos eventos que marcaram os processos históricos nem se manifesta através de uma leitura linear dos factos

Caro Consócio

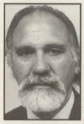
Como deve ser do seu conhecimento, foi cunhada pela Casa da Moeda-Imprensa Nacional em colaboração com a Comissão Executiva das Comemorações Oficiais dos 25 Anos do 25 de Abril uma moeda em prata comemorativa daquela data, da autoria do escultor José Aurélio, com o valor facial de 1.000$00.

Actualmente e devido à sua raridade encontra-se à venda nas casas de câmbio por um valor que ronda os 1.500$00.

Para os nossos associados temos à disposição as poucas peças ainda existentes no nosso «stock» ao preço de 1.300$00, pelo que sugerimos que se apresse e faça a sua aquisição junto dos nossos serviços administrativos.

A DIRECÇÃO

As Novas Armas do General!...



Álvaro Queiroz

Os primeiros cânticos do Guerreiro foram ouvidos, quando decorria o ano de 1931, na Mui Nobre e Sempre Leal Invicta Cidade do Porto, onde o General nasceu.

Na voragem implacável dos tempos, o Guerreiro tornou-se General do Exército Português, colaborou na redacção do Programa do Movimento das Forças Armadas, desempenhou, entre 25 de Abril de 1974 e 1982, funções na Comissão Coordenadora do MFA; foi Conselheiro de Estado e membro do Conselho da Revolução, tendo sido posteriormente Comandante da Região Militar do Centro.

Decidiu dedicar-se a outra guerra – a das pinturas, o que não é inédito na classe militar, pois outros já trilharam as mesmas sendas !...

Esta vocação para as artes plásticas vem-lhe dos tempos de antanho e, na sua última exposição na CRUARB no Porto, inaugurada a 5 de Julho de 2000, o General confidenciava a uns amigos que, muitas vezes, quando saía do Conselho da Revolução, já exausto, chegava a casa e descarregava nas telas toda a sua catarse!...

Nesta mostra, uma abordagem à arte rupestre, ludicamente muito bem conseguida, harmoniosamente estruturada, cromaticamente agradável, onde as silhuetas sugeridas dos animais, se misturam em certas telas, com elementos sinaléticos, plástica e esteticamente apelativas, levando o espectador, ao percorrê-las, a imaginariamente ser levado ao santuário das gravuras rupestres de Foz de Côa!...

Noutras telas, pretende o artista fazer a desmontagem das figuras rupestres, animando-as, dando-lhes a estrutura anatómica, com que habitam os lugares da selva, mensajando neste equilíbrio dicotómico, o passado e o presente, vistos com os mesmos olhos do homem, mas com técnicas diferentes.

Quis o destino, ou as malhas que o império tece, que conhecesse a artista plástica de Portimão, Stela Barreto, a qual lhe apontou potencialidades plásticas, só faltando a escola para as aperfeiçoar. A "obediência" militar assim o exigiu, e passou a frequentar o atelier "Montra de Arte" onde assimilou as técnicas de pintura que lhe permitiram concretizar o sonho – ser artista plástico, sem contudo se descaracterizar do seu propósito da abordagem ao figurativo!...

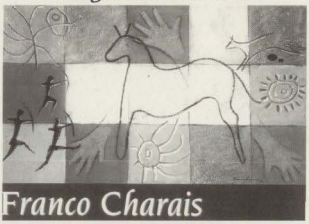
Mais nos confidenciou que apresenta os seus trabalhos, sempre em conjunto com Stela Barreto, pois as duas concepções plásticas não se agridem.

Pessoalmente penso que tem razão.

E assim têm vindo, nesta conjugação de se apresentarem ambos, em exposições individuais, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Esta figuração verbal retrata e apresenta o ilustre General Franco Charais!.. •

EXPOSIÇÃO DE PINTURA na galeria CRUARB



A 5 de Julho passado, na nova sede do Comissariado para a Reabilitação Urbana da Área da Ribeira e Barredo, situada na Rua da Fonte Taurina, mesmo no coração do centro histórico do Porto, teve lugar a inauguração de uma exposição de pintura de Stela Barreto e Franco Charais. O evento contou com a participação de numerosos portuenses que puderam apreciar acrílicos sobre tela da autoria dos dois artistas que, vivendo no Algarve, partilham o atelier "Montra Darte", em Portimão.

Civismo e Disciplina Militar

David Martelo

António de Spínola era estruturalmente um militar. Apontando para a democracia sem dúvida, mas a sua vivência era a de militar que tem uma disciplina e uma obediência quase mecânicas. Ora, não há nada que deva ser menos mecânico e mais sentido, vivido, do que o civismo, as nossas relações com o nosso vizinho, os nossos deveres para com a comunidade.

Nesta pequena passagem de um artigo de Raul Rego, em tempos publicado no *Jornal de Notícias* (27-08-96), encontro a inspiração para tecer algumas considerações sobre o que julgo ser um dos equívocos para onde resvalam, frequentemente, muitos dos que tendem a ver na disciplina militar uma forma de "extremismo", à margem dos comportamentos da sociedade civil.

Quando Raul Rego referia que «a sua (de Spínola) vivência era a de militar que tem uma disciplina e uma obediência quase mecânicas», podemos ser levados a supor que tal juízo se aplicaria não somente a António de Spínola mas também à própria condição de militar. Ora, nenhuma das hipóteses pode merecer a nossa concordância.

Os comportamentos dos homens, especialmente quando enfrentam grandes desafios, decorrem do seu carácter. E isto é verdade para todo o ser humano, seja ele oficial do Exército, político ou treinador de futebol. Os militares têm contra si a peculiaridade de uma profissão que só pode ser exercida no seio das Forças Armadas. Esta circunstância de desvantagem, em termos de mercado de trabalho, condiciona, certamente, o comportamento e as atitudes dos militares que, em caso de conflito com os poderes da Instituição que servem, estão impedidos de optar por uma mudança de emprego.

No entanto, com frequência nos chegam notícias, de "fora da casema", de acções de capitulação moral – protagonizadas por cidadãos que atingiram posição de relevo na vida pública –, que parecem resultar de verdadeiras obediências quase mecânicas. E, quando, perplexos, nos interrogamos sobre os motivos de tão estranhos procedimentos, somos invariavelmente levados a concluir que as personagens em causa se regularam, pura e simplesmente, pelos ditames dos seus interesses imediatos – pessoais ou do grupo em que estão inseridos.

Civismo e disciplina militar não só não são incompatíveis como até possuem a mesma natureza. Constituem códigos de procedimento que visam a perfeição de um colectivo. Em situações extremas, como é o caso da guerra, ocorrem, por vezes, situações em que a própria disciplina militar se deve submeter ao mais elevado conceito do espírito de missão. Este, por sua vez, não é mais do que a expressão máxima do interesse da Pátria, o civismo por excelência. A este propósito, escreveu Charles de Gaulle:

«Aqueles que realizaram qualquer coisa de grande foram obrigados, muitas vezes, a passar além das consequências duma falsa disciplina. Assim sucedeu com Pélissier em Sebastopol, guardando na algibeira os despachos cominatórios do Imperador, para deles só tomar conhecimento terminado o combate. Assim, também, Lanrezac, salvando o seu exército após Charleroi, suspendendo o combate apesar das ordens recebidas. Assim, igualmente, Lyautey, conservando em seu poder todo o Marrocos em 1914, a despeito das instruções superiores. Após a batalha naval da Jutlândia e de perdida a ocasião, pelos ingleses, de destruir a esquadra alemã, Lord Fisher, Primeiro Lord do Almirantado, ao receber o relatório do almirante Jellicoe, exclamava com mágoa: ele tem todas as qualidades de Nelson, excepto uma – não sabe desobedecer.[1]»

Assim, do mesmo modo que Raul Rego afirmava que «...não há nada que deva ser menos mecânico e mais sentido, vivido, do que o civismo...» – com o que concordamos inteiramente – também poderíamos acrescentar que, para um militar, não há nada que deva ser menos mecânico e mais sentido, vivido, do que a disciplina militar e o espírito de missão. •

Não há nada que deva ser menos mecânico e mais sentido, vivido, do que o civismo, as nossas relações com o nosso vizinho, os nossos deveres para com a comunidade.

Civismo e disciplina militar não só não são incompatíveis como até possuem a mesma natureza.

1. *Les fils de l'Érie*, Plon Pavis, 1971, p. 68.

Diversidade(s)

Nuno Fonseca

Cada vez mais vivemos num mundo de diversidades plurais. A televisão aparece-nos como a "culpada" principal desta globalização cultural, onde cada dia vemos os nossos hábitos de vida mais iguais aos dos americanos, dos africanos ou até aos dos orientais. Mesmo a televisão, que poderia ser mais diversa, nos parece tão igual.

Tudo isto é fácil de compreender, mais ou menos difícil de aceitar como uma coisa natural, mas de certo que não é ou deva ser algo que nos leve grandes reflexões ou nos faça perder mais de alguns minutos de vida a pensar neste assunto. Como diz muita gente, é a vida!

E como é a vida ela tem de continuar.

E a vida continua dia a dia. Cada vez mais as pessoas se fecham nos seus problemas, se afastam da vida associativa e política e cada vez menos se relacionam umas com as outras. Somos mais independentes, competimos a toda hora e em todos os campos, tentando não sermos apenas bons, mas sempre os melhores. Tudo isto não faz apenas de nós seres diferentes, mas diferentes numa imensa igualdade.

Até agora tudo bem.

Tudo bem até aparecer alguém que se preocupe com a sociedade, tenha vontade de a transformar e se interesse, numa perspectiva de cidadania, pela procura de um melhor caminho.

Isto acontece com todos aqueles que têm ainda hoje nobres vontades, e procuram a política, o sindicalismo ou até mesmo o associativismo, seja de que forma for, para poderem contribuir para esta imensa organização. Nestes agrupamentos entram pessoas que, sendo diferentes e tendo objectivos e vontades comuns se relacionam entre si, apresentando as suas ideias e tentando desenvolver na prática as suas propostas.

Estas pessoas que tal como centenas de outras militam ou participam nas organizações, aparecem e são aceites pelos outros com a maior das fraternidades, até ao dia em que cometem o erro de apresentar uma ideia ou um comportamento diferente daquele que ou é prática comum ou é prática do líder comum. A partir daqui aparecem os problemas.

Porque nestas nobres organizações as pessoas de boa vontade e algum poder normalmente têm o hábito de cometer um erro frequente: confundem diferença de opinião, liberdade de pensamento e capacidade de crítica com crítica barata e fortuita, caindo na asneira de confundir um direito que nos foi dado pela democracia com a mesquinhice de criticar tudo e todos.

Isto acontece na mais singela organização, no mais puritano partido, na mais nobre associação. Em todos os sítios em que aparece alguém com uma opinião diversa daquela que é aceite pela maioria, certamente mais cedo ou mais tarde passará por momentos de desilusão e alguma inquietação.

E depois destes momentos de confusão, normalmente o caminho a escolher é o de ser igual a todos os outros, viver a sua vida e deixar de tentar mudar as coisas. Toda aquela enorme vontade, todo aquele desejo imenso de fazer algo e de mudar algo, rapidamente desaparece e entra-se na inércia que assola a sociedade. Começamos agora a fazer parte de um outro grupo, que cresce dia a dia, composto por pessoas de todos os quadrantes que têm uma prática comum: a de não se preocuparem, a de não se importarem, a de não se chatearem e por fim a de não votarem.

Mas qual será o problema?

O problema talvez seja o facto de nem todos os valores da democracia estarem totalmente compreendidos e inseridos nos costumes dos cidadãos.

As pessoas já se habituaram a votar, a ter o direito de exercer a sua vontade ao escolher os líderes, a poder falar mal deste ou daquele político a ter o desejo de ocuparem este ou aquele cargo na vida política ou social. Mas e o resto?

Sim. E o resto?

Onde estão os valores da tolerância em relação ao outro, seja o nosso vizinho ou um qualquer estrangeiro que precise que o aceitemos para que tente ter uma vida melhor? Onde estão os valores da fraternidade, do interesse pelo bem comum em detrimento do particular? Será frequente a escolha dos líderes pela qualidade e não pelas movimentações pouco políticas? Será frequente a prática de lutarmos todos juntos por uma sociedade mais justa, onde não se sofra nem de grandes nem de pequenas injustiças? Será habitual aceitação positiva do outro exactamente pelo que ele é e não por aquilo que ele nos dá?

Pois é! Todos sabemos isso. Todos nós sabemos que estes valores dia a dia vão desaparecendo da nossa sociedade e são ocultos no nosso país democrático.

E eu jovem, tolo, ingénuo e inexperiente julgava que eles faziam parte do significado de democracia ...

Às vezes parece que ninguém se preocupa em parar e repensar o caminho que estamos a percorrer. É pena!

Mas pena, pena tenho eu de isto ser comum ao resto do mundo, mesmo no meio de toda esta enorme diversidade ... •

A Mentira na Política

Toda a gente considera que é feio mentir. Mas a mentira sempre existiu.

A gravidade das mentiras avalia-se pelas suas consequências.

Podemos mentir, como forma de encontrar uma desculpa. Dizemos, por exemplo, – peço desculpa por chegar tarde, mas encontrei um amigo que já não via há muito tempo –, quando, na verdade, a razão foi outra. Designemos este tipo de mentira, por mentiras de terceira ordem.

As de segunda ordem já não são expontâneas e procedem da hipocrisia, traduzindo uma falta de carácter. São, por isso, mais graves. Por exemplo, dizer – sempre fui muito teu amigo –, quando, interiormente, se pensa o contrário.

As mentiras de primeira ordem são as mais graves de todas. Constituem um instrumento do poder para manipular o eleitorado. Já não se trata de uma desculpa, nem da falta de carácter, mas de uma estratégia de encobrimento para iludir um povo e, com isso, obter proveito particular.

As mentiras de primeira ordem prejudicam o bem comum e só este justifica a política. Um mentiroso de primeira ordem exclama, como Luís XIV: «O Estado sou eu». Desenvolve, então, códigos de honra para forçar uma única interpretação da realidade: a que é dada por si. Quem romper com a mentira, produzindo uma interpretação diferente da oficial, é acusado de prejudicar os interesses da sua autarquia, do seu partido e até os da Nação. Dizer que "o rei vai nu" é, por isso, um escândalo para os ditadores e demagogos que querem uma sociedade fechada, onde os interesses deles façam lei.

Abrir a sociedade é tornar possível a manifestação de diferentes formas de pensar e de interpretar o que acontece no seu interior – quer seja numa sociedade política ou civil – e esperar que no confronto racional de diferentes opiniões, cada um seja livre para formar a sua própria convicção.

Nas sociedades abertas não há, por isso, códigos de honra para encobrir procedimentos, como, por exemplo, acontece nas seitas mafiosas.

Mas do que em qualquer outra actividade, a política deve ter como paradigma a abertura a pontos de vista diferentes. Só na crítica, no debate e no confronto de pensamentos podem ser combatidos erros e produzidas as ideias mais justas para orientar a acção política.

Há, ainda, um outro aspecto na política que temos de considerar: os eleitores têm o direito de formarem um juízo correcto sobre os políticos e sobre os partidos. Ora, isto só é possível se a estes for exigido o dever de não esconderem o que se passa no seu interior. Se os políticos e os partidos forem especialistas da omissão da verdade, que interesses públicos podem desenvolver?!...

Esta questão pareceria óbvia, se não gerasse tanta polémica. •

João Baptista Magalhães

a25a.sec@25abril.org

A fim de podermos fazer circular mais rapidamente a informação destinada aos nossos associados e para que ela também tenha custos mais baixos para a A25A,

apelamos

a todos os que possuem endereços electrónicos que os mesmos nos sejam comunicados para a25a.sec@25abril.org

Em Aveiro - o "25 de Abril e a B.D." no Museu da República

"... E que o rodízio gire e nós nele, para que a realidade do 25 de Abril seja cada vez mais incompleta e, portanto, prenhe de mais possibilidades"

(Boaventura de Sousa Santos)

De 27 de Maio a 3 de Setembro esteve presente no Museu da República de Aveiro uma exposição denominada "Uma Revolução Desenhada", organizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, do Centro de Estudos Sociais da U.C. e da Bedeteca de Lisboa e o apoio da Câmara de Aveiro.

Segundo os organizadores, "esta exposição pretende, mostrar a intensa produção de BD surgida na época e que, dos álbuns às revistas, dos panfletos aos jornais, dos cartazes aos murais, ajudou a traçar a própria imagem da 'Revolução dos Cravos'. Uma mostra documental que propõe uma viagem em oito etapas pelas imagens de Abril na BD, apoiada sobretudo em reproduções e que, mais do que mostrar pranchas originais privilegia o suporte impresso em que estas histórias chegaram ao público na altura". •

Carlos Duarte
Sócio n.º 2488

Convites e/ou Pedidos de Representação

• Editora Campo das Letras e Livraria Leitura
- Apresentação do livro "Los Moros" de José Viale Moutinho
- 13 de Julho pelas 18.30 horas na Livraria Leitura

• Presidente da Câmara Municipal do Porto
- Cerimónia de Imposição da Medalha de Honra da Cidade do Porto ao Dr. Fernando Gomes
- 24 de Julho pelas 16.45 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho
- Representante: Presidente da Direcção do Norte, Tc Antero Ribeiro da Silva

• Olho Vivo – Núcleo do Porto
- Comemorações do 1º Aniversário pela Liberdade de Timor Loro S'ae
- 5, 6, 7 de Setembro entre as 19 e as 24 horas de cada dia na Praça da Liberdade

• Boavista Futebol Clube
- Cerimónia de constituição da Sociedade Anónima Desportiva "Boavista F. C. – Futebol SAD"
- 8 de Agosto pelas 18 horas no Salão Árabe do Palácio da Bolsa

• Presidente da C. M. V. N. Gaia e pela Direcção de Círculo de Cultura Teatral - TEP
- Estreia de "A Respeitosa" de Jean Paul Sartre, com encenação de Norberto Barroca
- 7 de Setembro pelas 21.45 horas no Auditório Municipal de V. N. Gaia

• Governador Civil do Distrito do Porto e pelo Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas
- Inauguração da Exposição Fotográfica e Itinerante "Encontros, Histórias dos Ciganos entre nós", promovida pelo Ministério da Cultura e pelo Alto Comissário
- 8 de Setembro pelas 18 horas na galeria Por Amor à Arte, no Porto

• Presidente da Câmara Municipal do Porto
- Inauguração da Exposição "Museu Aberto do Descobrimento – Brasil 500 Anos de Memória"
- 8 de Setembro pelas 18 horas no átrio dos Paços do Concelho

• Presidente da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto
- Conferência "Entre a Vida e a Morte – As enfermeiras pára-quedistas na Guerra do Ultramar", proferida pela Sra. D. Maria Zulmira Pereira André, ex-tenente pára-quedista enfermeira
- 20 de Setembro pelas 16 horas, no Museu Militar do Porto

• Presidente da Direcção da Associação Porto Histórico
- Encontro com o Porto Histórico
- 27 de Setembro pelas 16 horas, no Salão Nobre do Edifício da Alfândega

Última Hora

Reunião conjunta da Direcção Nacional e da Direcção do Norte

No passado dia 23 de Setembro, a partir das 16.00 horas, na Sede da Delegação do Norte da A25A, realizou-se uma reunião do plenário da Direcção do Norte com a Direcção Nacional.

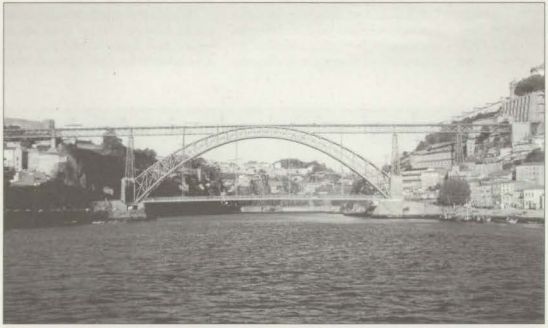
A sessão decorreu com considerável participação. Da ordem de trabalhos prevista constavam, além dos assuntos propostos pela Direcção Nacional, a apresentação do plano das comemorações do XXVII aniversário do 25 de Abril no Norte, a discussão sobre a articulação dos diferentes órgãos da A25A e a questão da nova sede da Delegação do Norte. Foram também pontos abordados nesta reunião conjunta a reabilitação do painel colectivo do X aniversário do 25 de Abril e a rentabilização do espólio "100 anos de Liberdade e Cidadania".

Nesse mesmo dia, após o jantar de confraternização servido no restaurante da Messe dos Oficiais, no Porto, teve lugar um passeio de autocarro pela cidade. •

Passeio no Douro

No domingo 24 de Setembro realizou-se uma jornada turística que contou com a presença de 70 activistas da A25A, sendo grande parte dos participantes associados da região de Lisboa e acompanhantes dos membros da Direcção nacional que se haviam deslocado ao Porto para participarem na reunião conjunta da Direcção Nacional e da Direcção do Norte.

A primeira parte da viagem decorreu de comboio, seguindo do Porto para montante do rio, de ocidente para oriente, na margem direita do Douro. Chegados à Régua, os participantes tomaram uma embarcação que seguiu o curso natural do rio, outrora um vale profundo e rochoso, que agora se alarga em albufeiras criadas por numerosas barragens.



No decorrer da viagem foi servido um almoço, o que permitiu aproximar os diversos convivas através das conversas informais.

Os viajantes, atentos à paisagem, colheram imagens de socalcos em encostas xistentas, espraiando o olhar por vinhedos coloridos pelo fim do estilo, com casas rústicas ou solarengas embutidas no relevo. Fugidias na retina, essas imagens do vale do Douro certamente ficarão gravadas na memória. •

Martins Guerreiro

Reparação aos militares que se envolveram no processo de transição para a democracia iniciado em 25 de Abril de 1974

No artigo do Boletim de Jan/Mar de 1999 resumiu-se como nasceu a ideia e surgiu o documento de trabalho sobre a reparação devida aos militares de Abril cujas carreiras foram prejudicadas pelo processo de «normalização» que se seguiu ao período de transição da ditadura para o regime democrático.

Verificou-se nessa altura uma enorme agitação nos meios de comunicação social, evidenciando que ainda existem na sociedade portuguesa sectores para quem os militares de Abril são muito incómodos, que não querem aceitar que estes foram, em muitos casos, prejudicados pela sua participação directa no 25 de Abril e no processo que se lhe seguiu. Há quem não goste que seja feita justiça aos militares de Abril e, sobretudo, que sejam reparadas injustiças graves.

Hoje, passados mais de dois anos sobre o início do processo, e dado que se continua a verificar um arrastamento que, no mínimo poderá parecer estranho, impõe-se dar algumas informações sobre o assunto.

Apesar do ruído e da tentativa de confusão que surgiu na opinião pública com a nossa iniciativa de propor a reparação das injustiças, a Assembleia da República, por intermédio de alguns deputados do PS e PCP, tomou o assunto em mãos. Com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP e PEV aprovou, em boa hora, a Lei 43/99 que satisfaz no essencial os anseios de justiça pelos quais se batia e bate a A25A.

A Lei indica no seu artigo 7º. que o Governo aprovaria, mediante decreto-lei, as normas necessárias à sua boa execução e, por outro lado, estabelece um prazo de cento e oitenta dias a contar da sua data de entrada em vigor para os interessados pedirem a revisão da situação militar, indicando no seu artigo 3º. que a Comissão seria nomeada num prazo de trinta dias pelo Conselho de Ministros.

Aguardou-se, numa fase inicial, que a Comissão de Apreciação fosse nomeada e publicado o decreto «regulamentar», para seguidamente desencadear o processo dos requerimentos nos termos mais adequados com a junção dos elementos probatórios, de modo a facilitar o trabalho da Comissão e evitar demoras burocráticas.

Perante o atraso no cumprimento da Lei 43/99, a A25A, por intermédio do seu presidente e do grupo de trabalho e acompanhamento desta questão, desencadeou várias acções junto do poder executivo e da Assembleia da República para que o processo seguisse as vias normais e não houvesse mais uma injustiça a acrescentar às anteriores. Por outro lado, informou os possíveis interessados de que deveriam fazer os requerimentos até ao fim de 1999, mesmo que o DL regulamentar não tivesse sido publicado.

A Comissão de Apreciação entra em funções em Agosto de 1999 por um período de um ano, mas o decreto «regulamentar» apenas é publicado em 24 de Agosto de 2000

ASSOCIADOS FALECIDOS

Domingos Rocha Mano - (Sócio Efectivo nº 2006)
Henrique Queiroz de Barros - (Sócio efectivo nº 2212)
José Manuel Roque - (Sócio efectivo nº 2610)
Fernando Manuel Silva Semedo - (Apoiante nº 1900)

A todos os seus familiares as nossas sinceras condolências

com um atraso de oito meses em relação aos cento e oitenta dias previstos na Lei 43/99, inviabilizando assim o funcionamento em termos eficazes da Comissão, que esgotou o seu ano de mandato sem ter analisado qualquer caso.

A tardia publicação do DL 197/2000 teve vários efeitos negativos em todo o processo:

- Mais alguns camaradas morreram sem que lhes tivesse sido feita justiça;
- Os efeitos da aplicação da Lei 43/99 apenas se farão sentir a partir de 1 de Setembro de 2000;
- Quatro elementos da Comissão ou se demitiram ou não aceitaram renovar o mandato por mais um ano, originando novo processo de recomposição da Comissão que ainda não está concluído;
- Alguns interessados não fizeram em tempo o requerimento porque aguardavam a publicação do DL regulamentar;
- Decreto-Lei inclui no seu artigo 1º. um nº. 3 que, em nosso entender, restringe o âmbito de aplicação da lei, o que levou a Assembleia da República a chamar de novo o assunto à sua apreciação, tendo neste momento por decisão unânime do Plenário sido eliminado.

A morosidade na aprovação do DL 197/2000 só em parte se poderá explicar pela inércia da «máquina».

No acompanhamento que temos feito deste processo e nos contactos que temos vindo a ter com os vários agentes, constatámos:

- Disponibilidade e boa vontade por parte do PS (deputados António Reis e Marques Júnior), PSD (deputado Carlos Encarnação) e PCP (deputado João Amaral), para que o processo avance de forma correcta;
- Abertura e compreensão do fundo da questão por parte do ministro da Defesa;
- A concretização de medidas de justiça não é o que mais faz mover a «máquina»;
- A sensibilidade e o conhecimento directo do problema por quem intervém no processo de decisão são limitados, originando perdas de tempo e propostas de soluções pouco adequadas;
- Surgem por vezes obstáculos ao avanço do processo que ninguém sabe explicar ou entende;
- Faltou um elemento motor «activo» a dinamizar e orientar todo o processo.

Esta constatação resulta sobretudo do conteúdo inicial da proposta do DL «regulamentar», da demora do processo para a sua aprovação e do seu conteúdo final.

A nosso ver, para que as injustiças não se prolonguem por mais tempo, há que activar e pôr a funcionar em pleno o elemento motor do processo, que só pode ser a Comissão de Apreciação.

Para que tal suceda, são, porém, indispensáveis algumas condições:

- Os elementos da Comissão têm de estar disponíveis e motivados para o problema;
- Têm de ser encontradas formas de funcionamento e decisão operacionais, não podem existir maiorias qualificadas que possam originar minorias de bloqueio, nem *quoruns* que na prática não funcionem;
- Têm de ser adoptados critérios simples e não se deixarem enredar na burocracia dos processos existentes nos Ramos ou na ausência de documentos probatórios nesses processos;
- Os elementos da Comissão têm de encarar esta tarefa com espírito de missão, sabendo que isso lhes traz um acréscimo de trabalho e possivelmente algumas incompreensões futuras;
- Assumir por inteiro a responsabilidade de que são o elemento essencial da reparação das injustiças passadas;
- Não enjeitar tomar a iniciativa em casos em que por desconhecimento, pudor, atraso ou morte não houve em tempo os requerimentos a pedir a reparação.

Apesar de tardio, o actual Decreto 197/2000, não obstante o nº. 3 do artigo 1º., que irá ser apreciado pela AR, permite que a Comissão desempenhe desde já integralmente a sua função e comece quanto antes a apreciar os mais de quinhentos casos que tem para análise e decisão.

Se há elementos da Comissão que não podem, por várias razões, comparecer nas reuniões ou que não estão disponíveis para as tarefas, é urgente clarificar e resolver a situação. Sem dúvida que cabe ao presidente da Comissão um papel essencial na concretização das normais condições de funcionamento e operacionalidade de todos os seus elementos e na resolução das dificuldades ainda existentes.

Não é aceitável, para mais de quinhentos interessados, bem como para todos os que desde início se envolveram no 25 de Abril, lutando para que houvesse mais justiça na sociedade portuguesa, continuar a assistir ao arrastamento deste processo que já ultrapassou o que pode ser explicável pela inércia da «máquina».

A Associação 25 de Abril continua disponível, por intermédio do seu grupo de trabalho e acompanhamento, para apoiar os camaradas que precisem ou para colaborar com os Ramos das Forças Armadas e a Comissão de Apreciação no esclarecimento de casos específicos e de dúvidas que ocorram na apreciação de vários processos.

Desejamos sinceramente que a justiça se faça com celeridade e eficácia, esperando que o próximo artigo seja de congratulação pela resolução deste sensível problema. •

Convites feitos à A25A

APOIAR PORTUGUESA VETERANOS DE GUERRA
Jornadas Médicas sobre «Stress Pós-Traumático de Guerra»
01-07-2000

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL LORO SA'E
Final do I Torneio de Futebol de Cinco da APLS - Associação Portugal - Loro Sae
02-07-2000

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS
Colóquio subordinado ao tema «Novos tempos e Responsabilidade Médica»
04-07-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
Seminário Internacional para os direitos Humanos e Cidadania
13-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Inauguração da exposição «Cafés de Lisboa»
13-07-2000

Inauguração da exposição de pintura «Símbolos» de Henrique Tigo
01-09-2000

Inauguração da exposição de fotografia «Memórias do Chile» de Armindo Cardoso
11-09-2000

Inauguração da exposição «Bandeiras de Portugal»
10-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Comemorações do 114º Aniversário do Concelho
26-07-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
Almoço de inauguração da iniciativa «Os militares, as artes e as letras; os 25 anos do 25 de Novembro: reflexão»
14-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE SOR
Exposição de Escultura «7 X 7 - Mitos e Coincidências» de José Aurélio
30 -10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM/ EDITORIAL CAMINHO
Lançamento da obra «A lareira, nos fundos da casa onde o Retorta tem o café» de Manuel da Fonseca
15-10-2000

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL
Inauguração da exposição de pintura de Anybal Silva
04-08-2000

Inauguração da exposição de pintura de Luís Athouguia
30-09-2000

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
Inauguração da Exposição «Ruy Belo - Que por Todos se faça a poesia»
19-09-2000

Inauguração da 5.ª Montra de Arte de Educadores e Professores Artistas do Concelho
11-10-2000

Abertura do Ano Lectivo 2000/ 20001
12/20-10-2000
Recepção aos educadores e professores do Concelho e homenagem aos educadores e professores aposentados
26-10-2000

Recepção aos pais e encarregados de educação do Concelho
30-10-2000

CASA DO ALENTEJO
Lançamento público do Centro de Estudos Documentais do Alentejo (CEDA) - Memória Colectiva do Século XX
04-10-2000

CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA
Inauguração da exposição «Sexto Sentido» de Thomaz Farkas
21-09-2000

Inauguração da exposição «Labirinto e Identidades»
27-09-2000

CÍRCULO DE LEITORES
Lançamento do livro «A Visão de Túndalo por Eça de Queiroz» de Miguel Real
3 -10-2000

Lançamento do livro «Portugal - Tempo de Paixão» de Leonor Xavier
10-10-2000

COMISSÃO INSTALADORA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS
Inauguração da exposição «Panos» de Manuel Vicente
15-07-2000

Concerto Chansons Françaises: de Roland de Lassus à Yves Duteil, pelo Choeur de Chambre de Vienne
25-07-2000

Inauguração da Feira do Livro de Odivelas
07-09-2000

Inauguração da exposição de joalharia de Filipe Caracol
16-09-2000
Estreia da peça «Auto da Cananae» de Gil Vicente
25-09-2000

Conferência sobre a obra de Gil Vicente
25-09-2000

Concerto comemorativo do Dia Mundial da Música
01-10-2000

COMISSÃO ORGANIZADORA DA FEIRA DE AGOSTO EM GRÂNDOLA
Inauguração do certame
25-08-2000

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MONTEPIO GERAL
Concerto pela Orquestra Metropolitana de Lisboa
13-10-2000

DIOCESE DE BEJA
Inauguração da exposição «Entre o Céu e a Terra - Arte Sacra da Diocese de Beja»
06-10-2000

DIRECÇÃO REGIONAL DE BEJA, ÉVORA E PORTALEGRE DO STAL
Colóquio comemorativo do 25.º Aniversário da criação do Sindicato
15-10-2000

EDIÇÕES COLIBRI E A FACULDADE DE LETRAS DA UNIV. DE LISBOA
Sessão de lançamento do Dicionário de Tétum-Português de Luís Costa
19-07-2000

EDITORIAL AVANTE
Lançamento do livro «1969 Um Marco no caminho para a Liberdade» de Lino de Carvalho
03-10-2000

EDITORIAL CAMINHO
Lançamento do livro «O Sétimo Juramento» de Paulina Chiziane
11-07-2000

EMBAIXADA DE ESPANHA
Recepção aos Reis de Espanha
12-09-2000

Festa Nacional
12-10-2000

GALERIA DE ARTE CAPITEL
Inauguração de exposição colectiva de pintura
01-08-2000

Inauguração da exposição de pintura de Margarida Vigôço
09-09-2000

INSTITUTO CAMÕES E A EDITORIAL CAMINHO
Lançamento da obra «Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz»
11-10-2000

INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE - Delegação Regional de Viseu
Debate subordinado ao tema «Os cidadãos e a Intervenção na Vida Pública»
15-06-2000

Inauguração da exposição «Um Olhar sobre o Marrocos Magrebino» de Carlos Figueiredo
30 - 09-2000

INSTITUTO PORTUGUÊS DOS MUSEUS/ MUSEU NACIONAL DO TRAJE
Inauguração da exposição «Joias e Outras Alquimias» de José Aurélio
26-07-2000

Inauguração da exposição Comemorativa da Descoberta do Brasil «Pátria Mundo Tapeçarias de Maria Alina Martins»
26-07-2000

Inauguração da exposição «A Moda do Século 1900 -2000»
26-07-2000

JUNTA DE FREGUESIA DA PONTINHA
Inauguração do Circuito de Manutenção do Finhal da Faiá
14-10-2000

MUSEU NACIONAL DE IMPRENSA
Inauguração do «II PortoCartoon World Festival»
27-07-2000

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AMASCULTURA
Estreia da 46.ª produção do teatro Malaposta «A Bilha Quebrada»
05-06-2000

Estreia do espectáculo «Lá no fundo do rio» de José Maria Vieira Mendes
19-10-2000

O GRUPO AGIR 24/2
Seminário subordinado ao tema «Associativismo, que futuro?»
16-09-2000

O GRUPO DE ACÇÃO TEATRAL "A BARRACA"
Pré-estreia da peça «A Relíquia» de Eça de Queiroz
5/6-07-2000

TEATRO DE PORTALEGRE
Estreia da peça «Salomé ou a Cabeça do Profeta» inédito de Norberto Ávila
14-10-2000

Ofertas feitas à A25A

GALHARDETES:

Oferta da C. M. de Castanheira de Pêra

Oferta da C. M. de Castelo de Paiva

Oferta da Casa de Portugal de Porto Alegre - Brasil

MEDALHA COMEMORATIVA DO DIA DA MARINHA - 2000:
Oferta do Clube Militar Naval

PRATO E PEÇA EM CRISTAL:
Oferta da C. M. de Castanheira de Pêra

CINZEIRO EM PEDRA:
Oferta da C. M. de Castelo de Paiva

Vamos aprender Bridge! (49)

Não quis encerrar o conjunto de artigos que dediquei ao tema do Ataque de Flanco sem abordar uns assuntos algo corriqueiros mas que são, não poucas vezes, muito maltratados por alguns praticantes. Refiro-me concretamente às questões trazidas pelas Regras dos 10, dos 11 e dos 12 e pelos DOBRES LIGHTNER.

1 - AS SAÍDAS
1.5 - A REGRA DOS 11

Ao longo dos artigos anteriores referimos com alguma insistência, que uma das saídas em ST mais praticada em todo o Mundo é à 4ª. carta do naipe mais comprido, sempre que a mão do jogador que a utiliza detenha "entradas" suficientes que lhe permitam explorar o eventual apuramento desse seu naipe.

É óbvio que se a mão do saidor for fraca e sem entradas, a estratégia da saída deverá passar por tentar jogar para o eventual naipe comprido do parceiro ou por uma saída neutra.

Partindo do princípio que a mão do jogador que tem a responsabilidade da saída detém um número de possíveis "entradas" que lhe permitam aspirar ao apuramento do seu naipe comprido, porquê sair à 4ª. carta contra os contratos de ST marcados pelos ADV?

A resposta tem a ver com a possibilidade que esse tipo de saída dá ao parceiro do saidor de, facilmente, "visualizar" a mão do carteador, nomeadamente no que se refere à detenção por este jogador de quantas quartas de valor facial superior ao do da carta de saída.

Para tal (REGRA DOS ONZE) bastará subtrair a 11 o valor facial da carta de saída adicionando ao número de cartas de valor superior existentes do "morto" e na sua própria mão. O resto, obtido algébricamente, indica, com precisão, o número de cartas de valor facial superior ao da carta da saída detidas pelo carteador. O autor desta REGRA terá sido R. S. FOSTER que, em 1890, a publicou no seu MANUAL DE WHIST.

Vejamos um exemplo esclarecedor da sua aplicação:

S	W	N	E
1ST	Passo	2 ♣	Passo
2 ♦	Passo	3ST	Passo
Passo	Passo		

Saída : **6 ♠**

♠ 83
♥ V1064
♦ AD 107
♣ RD 3

	N	
W		E
	S	

♠ D107
♥ 952
♦ 542
♣ 10974

Pela análise da carta de saída (6♥)conjugada com o conhecimento do "morto" e da sua mão. E, pela aplicação da REGRA DOS ONZE, fica a saber que o carteador(s) apenas possui uma carta de valor facial superior ao 6♥.

Se não vejamos:

11 - (6 +1+3) = 11-10 = 1

De posse de tão preciosa informação qual a carta que deverá jogar na 1ª. vasa? A D ♠ ou o 10 ♣ ?

É óbvio que deverá jogar a D ♠ porque sabendo que o carteador apenas possui uma carta de valor superior ao 6 ♠, deve precaver-se contra o facto dessa carta ser o V ♠,caso em que possibilitaria a S o eventual cumprimento do contrato.

Se a carta detida por S for o A ♠ ou o R ♠ em nada irá influenciar o resultado a apresentação da D ♠ em vez da jogada "economista" do 10 ♠.

A utilização da "REGRA DOS 11" sobre as saídas às 4.ªs cartas é de fácil aplicação e de eficácia evidente. São estas as razões que estiveram na base da sua difusão e aplicação tão generalizada, quer em bridge de competição quer em particular-livres mesmo de carácter mais ou menos familiar.

1.6- AS REGRAS DOS 10 E DOS 12

Podemos afirmar, sem grande receio de errar, que a quase totalidade dos jogadores de bridge ao iniciarem o ataque aos contratos de ST ou saiem à 4.ª carta do naipe mais comprido ou, em PAR-IMPAR, às 1.ªs, 3.ªs ou 5.ªs cartas dum naipe.

Esta segunda técnica de saídas tem ganho, nos últimos tempos, cada vez mais adeptos porque permite uniformizar procedimentos entre as saídas contra contratos em ST e os trunfados.

Ao optarem por sair às 1.ªs, 3.ªs ou 5.ªs prezam esses jogadores as vantagens oferecidas pela "REGRA DOS 11"?

De forma alguma! Simplesmente passam a aplicar em sua substituição a "REGRA DOS 10" no caso das saídas às 5.ªs cartas e a "REGRA DOS 12" no caso duma saída a uma 3.ª carta, exactamente nos mesmos termos em que se utiliza a "REGRA DOS 11" com a saída à 4.ª melhor carta.

Mas como saber se o parceiro saiu a uma 3ª. ou a uma 5ª. carta?

Naturalmente que deverão ser utilizadas " inferências" relativamente ao valor facial da carta de saída e às cartas existentes no morto e na mão do parceiro do saidor, para além das indicações retiradas do leilão.

As "inferências" permitirão concluir que:

- A saída a uma carta pequena normalmente corresponderá a um naipe de 5 cartas;

- A saída a uma carta de valor médio será geralmente proveniente dum naipe de 4 cartas.

É óbvio que as saídas às 4ª.s cartas facilitam a "leitura" por parte do parceiro, razão por que essa técnica é maioritariamente utilizada pelo universo dos jogadores. É pois por uma questão de FACILIDADE que não de EFICACIA à razão da preferência ainda existente por essa forma de escolha da carta de saída contra os contratos em ST.

1.7 - O DOBRE LIGHTNER

Este tipo de dobre é utilizado apenas pelo parceiro do jogador que vai ter a responsabilidade da saída contra chelems em trunfo mascarados pelos ADV e foi uma criação de THEODORE LIGTNER divulgada em 1929.

Contrariamente ao que se poderia pensar, numa primeira análise, o objectivo do DOBRE não é o de prioritariamente penalizar a linha adversária mas tão somente de aumentar significativamente as probabilidades de derrotar o contrato, ao transmitir ao parceiro e veemente interesse numa saída anormal?

Esse pedido fundamenta-se normalmente na existência duma "chicana", que assim poderá ser identificada pelo parceiro de forma mais evidente.

Suponha o seguinte leilão:

S	W	N	E
		1 ♣	1♥
1 ♠	Passo	2 ♥	Passo
3 ♣	Passo	3 ♠	Passo
4 ♦	Passo	4ST	Passo
5 ♦	Passo	6 ♠	Dobro
Passo	Passo	Passo	

W com a mão:

♠ - 432
♥ - 105
♦ - DV109
♣ - 6432

Ao ouvir o dobre de 6 ♠,W retira, de imediato as seguintes inferências:

- O meu parceiro está a pedir-me uma saída anormal. Logo não posso sair a ♥, que sendo o naipe em que interveio constituía a saída natural;

- Está excluída uma saída a trunfo (♠), o que possibilitaria a eliminação dos mesmos em E pelo carteador;

- Pelo teor da minha mão uma saída neutra seria a ♦ onde possuo uma sequência perfeita, o que E obviamente desconhece;

- Por exclusão de hipóteses e que o leilão confirma conclui que o meu parceiro quer uma saída a ♣ onde deverá ter uma chicana e que após o corte inicial ainda conta fazer uma outra vasa, quiçá o A ♥ ou o A ♠ ou o A ♦.

Sempre que houve lugar à utilização dum DOBRE LIGHTNER o parceiro do dobrador, deverá, antes de materializar a saída, ponderar bem o leilão e conjugá-lo com o teor da sua mão, tentando descortinar com esses elementos onde estará a "chicana" do parceiro.

Em muitos casos essa inferência será de fácil identificação. Noutras não será tão evidente mas, de qualquer forma, o eventual sucesso justifica o risco assumido com a utilização deste tipo de mensagem trocada entre os jogadores que defendem.

Apenas um último alerta. Antes de utilizarem esta manobra técnica deverão ponderar se os ADV não terão uma óbvia fuga para um outro contrato mais sólido, o que transformaria num fracasso absoluto uma precipitada tomada de posição, saindo-lhes assim o tiro pela culatra!...

Até ao próximo número
Luís Galvão

... E FOI ASSIM QUE TUDO COMEÇOU!

Notícias sobre a Nova Sede

A nova sede não foi ainda inaugurada... mas é uma realidade como se vê na capa de O Referencial... De facto, os atrasos habituais na fase de acabamentos, também não «pouparam» a nossa obra. Pensamos que os atrasos valeram a pena, considerando os benefícios introduzidos. Simultaneamente decorrem os trabalhos da Comissão encarregada de estudar todas as implicações da entrada em funcionamento de um edifício daquela natureza.

Hoje, o «sonho» já é uma realidade e pensamos que em breve poderemos noticiar quando inaugurar e com que actividades.